

RUI RIO

O PORTO EM PRIMEIRO

autárquicas '09 | programa de candidatura



WWW.OPORTOEMPRIMEIRO.COM



INTRODUÇÃO

Pela terceira vez consecutiva, o Candidato Rui Rio à Câmara Municipal do Porto confiou-me o honroso encargo de coordenar o seu programa eleitoral. O método, que deu bons resultados nas duas eleições anteriores, foi ouvir o maior número de pessoas que sabíamos ter ideias em cada um dos domínios em que o programa se compõe, analisando com elas as sugestões que propuseram e deixando, dentro dos grupos constituídos, correr a discussão entre todos. O resultado é da inteira responsabilidade do grupo relator, naturalmente sancionado pelo Candidato.

Quero agradecer a todos os participantes que, generosamente, aguentaram três horas de trabalho intenso, alguns por mais de uma vez. Os maiores beneficiários fomos nós, os relatores. Ouvimos todas as sessões e testemunhámos o grande devotamento à Cidade dos nossos Convidados. Eles não se identificam somente com ela. Têm por ela uma verdadeira paixão, que se traduz no entusiasmo com que expuseram ideias que, manifestamente, já vinham bem-pensadas e amadurecidas. Mais uma vez confirmámos a sorte que o Porto tem por dispor de Cidadãos cuja dedicação à Cidade se exprime de forma tão patente e eloquente.

A primeira coisa a que nos queremos referir, ao abrir o nosso Programa Eleitoral, é aos valores e propósitos em que acreditamos, e que devem estruturar o que nos propomos fazer ao longo dos próximos quatro anos.

O primeiro é a **Liberdade!** O Porto lutou por ela, com armas na mão, quase há dois séculos, e sempre a manteve como valor cimeiro.

Os valores da **Iniciativa**, do **Empreendedorismo**, da **Realização pelo Trabalho** asseguraram a

prosperidade do Porto desde sempre. Terá de ser nestes valores que devemos assentar os nossos esforços.

A **Solidariedade** está bem expressa nas numerosas associações que, com esse propósito, o Porto manteve e mantém. A Câmara Municipal não pode deixar de dar o seu contributo neste domínio.

A Cidade sempre foi acolhedora. A **Tolerância** em relação ao estrangeiro e ao diferente bem como a prática da **Interculturalidade** fazem parte do nosso património moral.

O enorme **Orgulho** na nossa **Identidade** de povo antigo que soube adaptar-se aos desafios do tempo deve ser, continuamente, reforçado. O **Respeito** pelo **Passado** deve ter como contraponto a vontade de **Construir** um **Futuro** em que todos sejamos capazes de nos rever.

O **Sentido Cívico** que nos faz viver uns com os outros em bons termos e de forma agradável terá de ser reafirmado em todas as circunstâncias.

Os membros eleitos e os membros da Administração Municipal estão ao Serviço dos Municípios. Por isso, a sua acção tem de ser exercida com a maior **Dedicação** e **Transparência**, tendo a **Modernização da Administração** como preocupação constante.

Acreditamos que o **Progresso** está ao nosso alcance através de um conhecimento melhorado em permanência, e procurado de forma sistemática e deliberada, com o **Esforço** de cada um e de todos.

Estas são as palavras-chave em que o Programa assenta: Liberdade; Iniciativa; Empreende-

dorismo; Trabalho; Solidariedade; Tolerância; Interculturalidade; Orgulho; Identidade; Sentido Cívico; Serviço; Dedicção; Transparência; Modernização; Progresso; Esforço, ...

Nas páginas seguintes estão as principais medidas que propomos.

Em vez de fazer enquadramentos teóricos, resolvemos conferir um carácter muito prático às nossas propostas. Pressupomos que os Eleitores conhecem bem a Cidade e que, por isso, entendem o sentido das sugestões que fazemos, ligando-as aos problemas que, em nosso entender, merecem actuação prioritária.

Resumindo essas prioridades podemos agrupá-las em três grandes vectores: (a) a Coesão Social; (b) a Regeneração Urbana e (c) a Competitividade da Cidade.

Se actuarmos nestes domínios com determinação, seguindo os caminhos que a seguir apontamos e que resultaram de uma ampla discussão com muitos dos nossos Conci-dãos mais atentos, estamos convencidos que, daqui a quatro anos, o Porto será ainda melhor para viver, para trabalhar, para visitar e para desempenhar o seu papel de grande Cidade portuguesa e europeia, ocupando um lugar cimeiro na rede urbana da Europa, com muitos pólos da qual mantém laços económicos, culturais, de cooperação científica, institucionais e pessoais que precisam de ser, todos eles, mobilizados e reforçados para corresponder à grande ambição que temos para a nossa Cidade.

Luís Valente de Oliveira

VISÃO

O Porto é uma grande Cidade!

As funções que desempenha abarcam um território vasto que se habituou a ver nele um pólo de concentração de competências diversificadas a que recorre preferencialmente.

Essa polarização é muito antiga e, se formos procurar o elemento permanente dessa atracção, ele tem a ver com a capacidade de iniciativa de um núcleo apreciável dos seus habitantes, que soube sempre induzir em todos o orgulho de ser pioneiro na criação de riqueza, como também na sua distribuição. Foi assim no comércio, na indústria, na finança, nas artes, na ciência, na solidariedade, na capacidade para governar, na afirmação junto dos povos com quem contactou... Tudo isso desde os primórdios da nacionalidade.

Hoje, essa força parece estar esbatida, mas todos os dias temos provas de que ela está viva: os investigadores da Universidade do Porto sabem fazer parceria com os do Minho, com os de Aveiro e com os de muitos outros centros nacionais e estrangeiros, e participam no movimento de descoberta de novos conhecimentos; os industriais inovam, adaptam-se aos novos desafios e procuram sistematicamente novos mercados; os arquitectos e os artistas afirmam-se nos mais diversos locais... Enfim, o Porto continua a projectar-se em muitos mundos.

A função da Autarquia é assegurar prosperidade e bem-estar aos seus Munícipes; mas isso passa por garantir, aos que são capazes de criar riqueza para a distribuir, condições de fixação e de operação que permaneçam ao longo do tempo e se diferenciem, para melhor, em relação a outras localizações alternativas.

Os criadores de riqueza invocam continuamente a necessidade da existência de "condições de contexto" favoráveis. Porque são estas que garantem aquela fixação e a manutenção das operações em condições de competitividade, indispensáveis para assegurar a prosperidade da Cidade.

Mas não há crescimento que dure sem distribuição nem envolvimento justo de todos os habitantes, associando-os ao progresso através do acesso aos seus frutos. Por isso nos repugna a exclusão e se nos impõe, como imperativo, a solidariedade. A começar nas condições de habitação mas, sobretudo, no campo das oportunidades aos mais novos, o que quer dizer na educação, na formação e na qualidade de ambas.

Entendemos que a prosperidade da Cidade depende muito da vontade de todos. Os órgãos autárquicos devem interpretar essa vontade, ajudando a remover os obstáculos com que nos deparamos e constituindo-se em intérprete da ambição de todos.



Rui Rio

COESÃO SOCIAL

_ Habitação social

O processo de reabilitação da habitação social continua em curso. Um trabalho decisivo em termos de justiça e equilíbrio, seja este social ou urbanístico. É hoje notório o enorme esforço dispendido na restituição de condições de habitabilidade aos moradores destes bairros, contribuindo decisivamente para a sua dignificação, integração e redução das tensões sociais, questão fundamental para a manutenção da segurança urbana.

Esta é a nossa primeira prioridade desde a primeira hora; e iremos mantê-la, não só por uma questão de coerência, mas acima de tudo porque a entendemos como essencial para construir uma sociedade coesa, e para assegurar a segurança urbana.

As questões sociais preocupam-nos verdadeiramente, e não gostamos de ficar pelas palavras. Prova disso foi o trabalho que desenvolvemos no Bairro S. João de Deus, a maior vergonha da cidade, já para não dizer do País. Ao demolirmos integralmente o Bairro S. João de Deus contribuímos de forma decisiva para a melhoria das condições de vida dos que aí habitavam, e para uma cidade mais coesa e solidária.

O estado de abandono a que a habitação social esteve sujeita ao longo de muitos anos fez com que a degradação não se instalasse apenas no S. João de Deus. Vivemos hoje uma situação degradante num outro Bairro da Cidade, o Bairro do Aleixo. Um problema para quem lá vive, para a sua vizinhança e para a Cidade, sendo um foco de insegurança urbana latente. Pela gravidade da situação empenhamo-nos fortemente em encontrar uma solução para o Aleixo, e, depois de muito reflectirmos, entendemos que passa

pela sua demolição, sendo certo que haverá um realojamento justo de todos aqueles que por lei a ele tenham direito.

Entendemos que uma cidade não pode ser coesa e equilibrada socialmente se continuamente fizermos crescer a oferta de habitação social. De facto, esta oferta deveria ser transitória e orientada para a resolução de situações críticas de vida, salvo situações meramente excepcionais. Por essa razão apresentamos também neste programa medidas para a capacitação da população, de forma a que as pessoas não se agarrem a um sistema, ao qual ficam amarradas o resto da vida.

Entendemos que o trabalho de requalificação da habitação social é essencial e não deve ser interrompido, pois é com coerência, com coragem e com muito esforço e dedicação que nos propomos prosseguir-la, porque entendemos que é assim que melhor e mais inteligentemente investimos o dinheiro público.

Importa não esquecer que o trabalho de requalificação tem de ser suportado por uma estratégia de manutenção paralela, bem como pelo envolvimento dos moradores da habitação social. Nesse sentido criamos o *Projecto Casa Como Nova*, que consiste no apoio à realização de pequenos arranjos dos interiores das habitações por parte dos inquilinos. Projecto que deverá ser intensificado ao longo do próximo mandato.

Uma outra componente essencial para a criação de um ambiente seguro e harmonioso passa pela preocupação em manter os espaços exteriores cuidados, nomeadamente através da eliminação de *graffittis* e dos arranjos dos jardins e espaços envolventes. Uma figura essencial, para que possamos alcançar este desígnio e garantir

o bom estado de conservação e apresentação dos bairros sociais, é o Gestor de Condomínio, que pretendemos generalizar em todos os bairros da cidade.

Continuaremos também o esforço de assegurar a justiça social nas rendas cobradas, através da revisão da recolha bienal das declarações de IRS para actualização das rendas.

É essencial o funcionamento em permanência de um Observatório Social na cidade, para que tenhamos a monitorização constante das pessoas e famílias que em determinado momento necessitam de apoio social.

O Observatório, que deveria ganhar escala metropolitana, não limitará o seu âmbito à área da habitação social, mas alargá-lo aos apoios sociais de toda a espécie, com uma clara preocupação em fornecer informação global sobre a Coesão Social na sociedade.

Defendemos por essa razão uma maior partilha de informação entre os municípios da Área Metropolitana do Porto e outras entidades públicas e privadas com responsabilidade na área social, no sentido de otimizar a oferta e racionalizar os dinheiros públicos aplicados nesta área e servir de forma mais justa e mais eficaz as populações.

Entendemos também, como fundamental, alargar o âmbito de atribuição de habitação social:

- Aos jovens em início de vida que, apesar de já se encontrarem colocados no mercado de trabalho, têm dificuldades em adquirir ou arrendar uma casa própria, pelo que muitas vezes continuam a viver em casa dos pais. De modo a alavancar a autonomização destes jovens propomo-nos atribuir temporariamente uma habitação nos bairros sociais da cidade a jovens ou casais jovens, mediante regras claras e patamares etários pré-definidos;
- Pretendemos ainda alargar o âmbito de atribuição temporária de habitação social às vítimas de violência doméstica, designadamente pela constituição de parcerias com as instituições que mais de perto apoiam e defendem as pessoas nestas situações.

_ Educação

O capital humano é um dos activos mais preciosos da sociedade actual, baseada no conhecimento. Nesse sentido deve ser uma preocupação constante dos decisores políticos criar as condições necessárias para que os alunos, ao longo do seu percurso académico, adquiram as competências inerentes ao nível de ensino que frequentam.

Um docente quando entra numa escola deve ter assegurados todos os instrumentos e ferramentas necessárias ao exercício da sua função, suportado pelo seu conhecimento e capacidades didácticas, de forma a que dia a dia possa aportar valor a cada aluno, fazendo com que todo e qualquer estudante das escolas do Porto seja melhor a cada dia que passa, e capaz de responder aos desafios da sociedade actual.

Este é um trabalho que se faz de forma gradual e com o envolvimento de todos os agentes educativos: pais, professores, auxiliares, sociedade civil. Criando sinergias para que o papel da escola seja cumprido, transmitindo competências aos alunos, que lhes permitam vir a ser cidadãos e profissionais de excelência na sociedade actual.

O papel dos municípios é ainda muito reduzido no que diz respeito à educação, quer no âmbito dos ciclos de ensino, que se resume ao pré-escolar e 1.º ciclo, quer ao nível das competências de gestão neste ciclo, que englobam a carta educativa, o parque escolar, os refeitórios, a componente de apoio à família, as bibliotecas escolares, a acção social escolar e mais recentemente, as actividades de enriquecimento curricular.

No sentido de reforçar a imagem do Porto como Cidade Educadora entendemos ser essencial:

- Implementar uma reestruturação organizacional do Departamento de Educação da CMP, mais focado nas necessidades actuais do sector, eliminando ineficiências, e mobilizando os colaboradores numa lógica de clara orientação para o cliente final, a escola e os agentes educativos. Contribuindo assim para o reforço do

papel da CMP como parceiro privilegiado das escolas;

- Criar uma unidade de coordenação que acompanhe a actividade das escolas e estabeleça a estratégia de intervenção dos representantes do Município nos conselhos gerais das escolas;
- Desenvolver programas bienais de formação, compatíveis com o sistema de créditos vigente, de professores em duas vertentes:
 - Gestão - dirigida a professores com cargos de gestão executiva nas escolas, no sentido de desenvolver competências no âmbito da gestão global das escolas e agrupamentos. Estes conteúdos serão desenvolvidos em conjunto com os parceiros empresariais e académicos do Programa Municipal "Porto de Futuro";
 - Didáctica - cujo âmbito incidirá em novas competências, novas ferramentas e novas metodologias didácticas;
- Negociar com o Governo Central o alargamento das competências municipais em matéria de educação ao 2.º e 3.º ciclo, com base num modelo sustentável em termos didácticos, funcionais e financeiros, de forma a não comprometer o futuro do projecto educativo da Cidade;
- Concluir a requalificação do edificado do parque escolar, no âmbito do 1.º ciclo e pré-escolar, até ao final de 2010. À excepção dos JI's pré-fabricados, sob gestão das Juntas de Freguesia, que serão substituídos gradualmente, de preferência até ao final do mandato;
- Construção, desde que assegurada a participação acordada no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional, de 3 novos centros escolares no âmbito do primeiro ciclo, de forma a eliminar os regimes duplos nas escolas de 1.º ciclo, e a reforçar a oferta do pré-escolar na cidade:
 - Centro Escolar das Antas;
 - Reconversão da EB 2,3 do Cerco do Porto;
 - Reconversão e ampliação da EBI de Nevogilde e respectiva integração do jardim-de-infância no novo Centro Escolar;
- Reabilitação gradual dos espaços exteriores das escolas e reforço dos espaços complementares de suporte à actividade das escolas;
- Optimizar a utilização dos espaços escolares fora do período lectivo, através de parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social, ATL's, Juntas de Freguesia, Associações de Pais e outras entidades públicas e privadas;
- Apostar na melhoria das soluções e opções de transportes escolares;
- Criar um torneio escolar entre os agrupamentos de escolas do Porto, que promova a competitividade, o espírito de equipa, a vontade contínua de ser melhor, e estilos de vida saudável;
- Promover dinâmicas, em colaboração com as Associações de Pais e dos encarregados de educação, de envolvimento dos pais na vida das escolas, chamando-os à escola pela positiva, que será materializado pelo Programa "Pais Presentes";
- Fornecer um lanche aos alunos que frequentam as actividades de enriquecimento curricular, para além da refeição quente actualmente servida a todos os alunos que o pretendam;
- Entrega de um kit escolar, a todos os alunos do 1.º ciclo, enquanto a taxa de desemprego na Cidade não baixar significativamente;
- Negociar com o Governo Central a transferência gradual de competências no âmbito do ensino especial, de forma a implementar uma resposta às reais necessidades e expectativas das famílias e dos alunos, no sentido de garantir a sustentabilidade de uma solução, que, idealmente, deverá ter âmbito metropolitano;

- Continuar o desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular dirigidas a alunos com necessidades especiais, complementando lacuna do despacho do Ministério da Educação nesta matéria;
- Negociar com o Ministério da Educação o estabelecimento de um protocolo para os serviços de suporte às unidades de ensino estruturado, a partir das 17h30m;
- Negociar com o Ministério da Educação uma maior flexibilidade nos currícula da componente lectiva e horários das actividades de enriquecimento curricular;
- Promover uma maior articulação horizontal e vertical entre os professores do quadro e os docentes das actividades de enriquecimento curricular;
- Promover e incentivar a complementaridade entre os currícula formais e a oferta das actividades de enriquecimento curricular, bem como a criação de sinergias e o trabalho em rede entre as diferentes áreas de intervenção das actividades de enriquecimento curricular;
- Negociar com o Ministério da Educação e com os Agrupamentos Verticais de Escolas, o desenvolvimento de projectos-piloto de gestão directa das actividades de enriquecimento curricular por parte destes últimos;
- Criar programa de incentivos à eficiência operacional das escolas;
- Reforçar a aposta no Programa Porto a Ler, que visa contribuir para a promoção dos hábitos de leitura da população em geral, com especial enfoque na população infantil do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, em parceria com o Plano Nacional de Leitura;
- Fortalecer a parceria estabelecida com o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto no âmbito do Laboratório Aberto, espaço que tem como objectivo principal o ensino experimental das ciências, e que se dirige a toda a comunidade com um especial enfoque nas escolas. Procuraremos alargar a parceria a outros institutos, públicos e privados, da Cidade;
- No âmbito do projecto Escola 2.0 será mantido o esforço de tornar mais eficiente e transparente a relação entre os órgãos de gestão das escolas e o Município. O esforço já desenvolvido na desmaterialização dos processos de marcação de refeições e pedidos de intervenção/manutenção escolar, hoje acessíveis através de uma plataforma Web, será alargado a outros processos organizacionais, que serão devidamente complementados por uma plataforma de monitorização, de suporte à decisão de cada um dos actores do processo;
- Será reforçada a aposta no projecto Crescer Interactivo. Depois de coberta a totalidade das salas do 4.º ano do 1.º ciclo com quadros interactivos, fornecimento de conteúdos didácticos interactivos e de um programa de formação aos professores no âmbito do projecto, importa não perder a dinâmica. Nesse sentido, prevemos o desenvolvimento de acções de reciclagem aos professores, a criação de uma bolsa de boas práticas, bem como o estabelecimento de parcerias para a diversificação dos conteúdos disponíveis. Será feito, adicionalmente, um esforço para a dinamização das redes sociais desenvolvidas no âmbito do projecto, de forma a criar novas dinâmicas e sinergias entre professores, pais e alunos (<http://extranet.cm-porto.pt/>);
- Desenvolver uma estratégia de complementaridade entre o programa municipal de enriquecimento curricular, "Porto de Actividades", e o programa "Porto de Crianças", que envolve diversos parceiros educativos públicos e privados: entidades de ensino superior, museus, instituições ligadas ao teatro, dança, música, ciência, património, lazer... Este projecto visa complementar a oferta educativa formal pelo reforço dos projectos de turma com base na coadjuvação curricular assente na oferta destes parceiros. A maximização da complementaridade entre os dois projectos municipais visa responder de forma efectiva aos desafios da escola actual, eliminando redundâncias e acrescentando mais valor à oferta;

• Reforçar a aposta no Programa “Porto de Futuro”, materializada na sua versão 2.0. O Programa “Porto de Futuro” resulta do desafio lançado pela Câmara Municipal do Porto a 18 empresas de relevo da região, para o estabelecimento de parcerias com os 18 agrupamentos de escola da Cidade. O grande sucesso do programa, que se iniciou em Abril de 2007, resultou da autonomia dada a cada uma das parcerias, e, incidiu em áreas tão diversas como a consultoria de gestão, a transferência de conhecimento, a promoção do empreendedorismo e cidadania, a promoção do sucesso escolar, a promoção do mérito e excelência escolar, a alteração dos modelos de referência actuais dos jovens, a orientação vocacional, o envolvimento dos pais, a aproximação à sociedade civil, o desenvolvimento pessoal, entre outros. O sucesso deste programa, único no contexto nacional, é hoje reconhecido por uma grande maioria dos seus agentes e pela sociedade em geral, pelo que entendemos não podemos nem devemos ficar por aqui, sendo essencial aprender com experiência e sucesso passados, para darmos continuidade ao nosso compromisso com as novas gerações.

_Inovação social

Emprego

O emprego é algo fundamental para a dignidade individual dos cidadãos e crucial para a sua inserção na sociedade, promovendo igualmente a riqueza local.

Hoje em dia, fruto da crise económica que actualmente vivemos, o problema do desemprego não incide apenas nas populações mais pobres e em risco de exclusão social, está hoje alargado aos mais diversos segmentos sociais e académicos da sociedade. Importa encontrar soluções que abram novas janelas de oportunidade aos Portuenses.

Uma autarquia por si só não resolverá o problema de desemprego dos seus munícipes de uma forma estrutural, no entanto existem formas de minimizar essa situação e o respectivo período de inactividade, para lá da dinâmica

económica decorrente dos investimentos que a Câmara está a fazer em parceria ou de forma autónoma.

Entre outros, este propósito poderá ser atingido pela concretização das seguintes medidas:

• Reforçar a aposta no projecto “Cidade das Profissões”, consolidando as suas valências de informação, orientação e aconselhamento na vertente da formação, qualificação, certificação de competências, orientação vocacional, emprego e profissões, mas lançando paralelamente novas áreas de intervenção, das quais destacamos:

- A criação de um Observatório das Profissões, que tem como principal tarefa a classificação de profissões em diferentes categorias: novas profissões, profissões em transformação, profissões emergentes e profissões de futuro. Esta categorização será posteriormente validada por ordens e associações profissionais, associações empresariais e suportada por materiais informativos e promocionais. Ajudando assim os cidadãos a fundamentar a sua decisão de carreira ou a sua opção de formação, de acordo com as realidades do mercado de trabalho;

- A criação de um sistema de informação que faça o cruzamento entre os perfis, funções e competências desejadas pelo mercado empresarial da região e o perfil dos cidadãos registados na CdP;

- Alargamento do âmbito de actuação do Gabinete do Empreendedorismo (GdE), hoje focado no Morro da Sé, à Baixa da Cidade numa primeira fase e a toda a Cidade até final do mandato. O GdE tem como missão apoiar empreendedores na criação de negócios próprios, quer através da avaliação do potencial das ideias apresentadas, quer na orientação no apoio técnico, de qualificação e financeiro, capital semente e micro-crédito, necessário para o sucesso do mesmo. Em articulação com a SRU terá uma base de dados de espaços disponíveis para a instalação do negócio;

• Estabelecimento de parcerias com a Segu-

rança Social e Instituições Particulares de Solidariedade Social, no sentido de encontrar ocupação para os beneficiários do Rendimento Social de Inserção através de actividades de voluntariado em instituições sociais ou em empresas;

- Apoiar as instituições de apoio social da cidade a melhorar a sua capacidade de gestão e de obtenção de resultados, através do estabelecimento de parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o intuito de proporcionar aos desempregados com formação técnica nestas áreas colaboração activa na minimização destas carências. Este apoio poderá ser assegurado paralelamente por voluntários em fase de pré-reforma ou reforma, desde que possuam as competências necessárias para o efeito;

Neste âmbito importa não esquecer os impactos provocados por intervenções desenvolvidas noutros sectores de actuação da CMP, como a reabilitação da Baixa, a reabilitação dos bairros sociais e do parque escolar, actividades geradoras de emprego directo e indirecto, tendo em conta que o sector da construção civil é um dos sectores económicos com mais poder de arrastamento, criando também novas dinâmicas na economia local, nomeadamente ao nível das Pequenas e Médias Empresas. Importa também destacar o papel das diferentes Parcerias Público Privadas em curso ou em fase de lançamento, que geram emprego imediato na fase da sua implementação e a médio longo prazo pelos efeitos estruturais e laterais, destacando-se aqui a Rede Urbana de Fibra Óptica, geradora de emprego na fase de implementação, mas potenciadora e catalisadora de emprego, intensivo em conhecimento e tecnologia na fase de operação, ou a reconversão do Palácio de Cristal, geradora de emprego imediato na fase de obra e potenciadora de emprego na fase de operação, nomeadamente associado ao sector do Turismo.

Alcoolismo e toxicod dependência

No âmbito do combate ao alcoolismo e toxicod dependência a CMP assinou, em 2002, com o anterior Governo, um protocolo para a imple-

mentação do Programa “Porto Feliz”, baseado em 3 eixos de intervenção:

- intervenção sócio-sanitária;
- reforço da segurança urbana;
- sensibilização da opinião pública.

O “Porto Feliz” tinha por objectivo comunitário reduzir as zonas de exclusão social, nomeadamente as unidades territoriais dos arrumadores, dos sem-abrigo e dos espaços urbanos geradores de exclusão social. A nível individual o objectivo passava por restituir qualidade de vida e dignidade aos actores sociais excluídos, nomeadamente aos toxicod dependentes, aos alcoólicos, aos marginais em geral.

Os resultados estiveram à vista, quando no espaço de 3 anos as ruas do Porto ficaram com outro aspecto, tendo sido dada a devida assistência às pessoas. Nessa altura poucos foram os arrumadores que se mantiveram em actividade e muitos foram os casos que voltaram à vida activa e às suas famílias. O Porto passou a ser mais solidário, o sentimento de insegurança baixou, e a sua imagem passou a ser mais consentânea com a de uma cidade moderna e civilizada.

Com a tomada de posse do actual Governo, o interesse público foi relegado para o último lugar e em 2007 o Governo acabou com o “Porto Feliz”.

O resultado está à vista de todos. O Instituto da Droga e Toxicod dependência, incapaz de fazer um trabalho com o mínimo de qualidade, expôs publicamente a sua incompetência, e as ruas da cidade voltaram a encher-se de arrumadores.

Tendo responsabilidades na gestão do território, não podemos deixar que decisões como esta sejam tomadas à distância e sem o mínimo de preocupação com o equilíbrio social e a segurança urbana do Porto. Por essa razão, no próximo mandato iremos lutar para influenciar a reimplantação do “Porto Feliz”, para que a Cidade volte a ter um projecto eficaz, sério e

competente, em nome da coesão social, da saúde pública e da segurança urbana.

Seniores

A 3ª idade é muitas vezes negligenciada pela sociedade e pelo próprio Estado, de forma muito expressiva nos grandes centros urbanos.

É, não por raras vezes, vivida em solidão, de forma desamparada, e onde os problemas físicos, nomeadamente de locomoção, impedem uma maior interacção com a sociedade e com a vida da cidade.

É olhando para as pessoas, que pretendemos dar continuidade e desenvolver esforços para criar o suporte a uma série de políticas inovadoras:

- Carro amigo - Rede de voluntariado baseada em estudantes universitários que entregam medicamentos ou outros bens em casas de idosos com dificuldades de locomoção, preferencialmente durante os seus percursos de rotina;
- Cartão Social Municipal - Estudar a criação de um cartão, de natureza social, que possa ajudar a população a ultrapassar graves confrontamentos sociais de carácter material ou imaterial;
- Minimização da solidão - Criação de uma bolsa de voluntários da Cidade, que possam fazer companhia aos idosos e acompanhá-los em pequenas tarefas ou deslocações;
- Reforçar a aposta no Programa Aconchego, uma parceria da CMP e da Federação Académica do Porto (FAP), destinada a pessoas da terceira idade, que vivam na Baixa e que possam acolher em suas casas jovens universitários;
- Aproveitar o potencial da rede de fibra óptica para criar soluções de apoio social de nova geração. Através do desenvolvimento de projectos-piloto baseados em parcerias com entidades de apoio social, que possam

contactar com os idosos através de vídeo-chamada não só para apoio social, mas também para aconselhamento médico;

- Potenciar as competências e disponibilidade dos idosos no desenvolvimento de projectos de valor acrescentado para a sociedade, tendo em conta o aumento da esperança de vida e consequente crescimento do período activo na pós-reforma.

_ Capacitação da população

A mera atribuição de uma habitação social ou de apoios económicos como o rendimento social de inserção, numa visão meramente assistencial e paliativa, tem tido os resultados de imobilismo social conhecidos por todos.

Assim, qualquer política de promoção da coesão social numa cidade, terá obrigatoriamente de ser fundada na promoção de valores como a educação, a cidadania, o civismo e o respeito mútuo.

É por isso fundamental continuar a apostar na disseminação destes valores pela população mais carenciada e em risco de exclusão social, capacitando-a para melhor entender e responder aos desafios do dia-a-dia, aumentando assim a sua auto-estima, contribuindo, no fundo, para simplificar e alavancar a sua integração na sociedade.

Assim, reforçaremos a aposta em projectos inovadores de reeducação da população, quer de adultos, quer de crianças e jovens, através das suas escolas, nomeadamente na consciencialização e desenvolvimento de competências em áreas tão importantes como: a cidadania, a saúde, a higiene e limpeza, os cuidados com filhos e idosos, a gestão do orçamento familiar, os direitos e deveres, a justiça, o respeito pelo espaço e património público, o respeito pelo outro e pela diferença, a História e os heróis da cidade...

No cumprimento deste desígnio daremos continuidade ao projecto Conversas de Bairro, que visa sensibilizar e capacitar as populações dos

bairros sociais para problemas e necessidades básicas do dia-a-dia relacionados com a higiene pessoal, saúde, justiça, jardinagem, bricolage, justiça, puericultura... Através de tertúlias e conferências desenvolvidas por especialista nas diferentes matérias, que participam nas sessões em regime de voluntariado, que têm conseguido um grande envolvimento da população, quer pela possibilidade de participação, quer pela proximidade e pela utilização de uma linguagem acessível.

Reforçaremos também a aposta no Porto Cívico um programa desenvolvido em parceria com as escolas da cidade, com o objectivo de sensibilizar a população para a adopção de atitudes e comportamentos cívicos. Esta iniciativa tem uma carga simbólica e pedagógica muito significativa, uma vez que coloca os mais novos a explicar aos mais velhos aquilo que não deve ser feito, através da partilha de boas práticas e de incentivo a comportamentos cívicos e adequados à vida em sociedade.

_ Envolvimento da população

É verdade que cabe ao Governo Central e às Autarquias Locais desenvolver políticas de apoio social. É também verdade que as instituições sociais privadas, pela sua proximidade com a comunidade e especialização em determinados fenómenos sociais, têm igualmente um papel crítico.

No entanto, através de pequenas acções no dia-a-dia podemos melhorar a qualidade de vida da nossa comunidade. Olhamos demasiadas vezes para o Estado ou para as Autarquias como únicos responsáveis pela luta contra a pobreza ou a exclusão.

A realidade é que este é um problema de todos, e a sua resolução implica a junção de esforços entre os Cidadãos, as Instituições do Estado, as Universidades, as Empresas, as Escolas e Confissões Religiosas, nomeadamente as Paróquias, na constituição de uma forte Rede Social que assuma um compromisso na luta contra a pobreza e das desigualdades locais, e garanta uma cidade verdadeiramente coesa.

Para isso, está em fase de conclusão um estudo detalhado sobre a Rede Social do Porto, peça fundamental para uma política social eficaz.

No contexto de crise económica em que actualmente nos encontramos, o Porto, mais do que nunca acredita que pode ser pioneiro no desenvolvimento de um novo contrato social entre os cidadãos e os seus governos locais, pelo que pretende desafiar todas as instituições a colaborar no desenvolvimento de políticas que respondam aos problemas específicos desta região.

Por isto apostaremos no estabelecimento de uma relação de maior proximidade e interacção com as instituições públicas e privadas que apoiem socialmente as famílias.

Porque acreditamos que o simples financiamento não resolve efectivamente os problemas, iremos promover a constituição de um Observatório Social que terá a responsabilidade de não só identificar os reais problemas sociais da cidade, mas também articular com as diferentes instituições a melhor forma de resposta, bem como promover o financiamento e apoio logístico aos melhores projectos de inovação social desenvolvidos na cidade.

Procuraremos também simplificar o acesso dos cidadãos a serviços de apoio social. Nesse sentido iremos estudar a constituição de um balcão ou loja social, concentrando num único local todos os serviços e projectos de apoio social existentes, assegurando assim uma resposta ajustada e multidisciplinar às dificuldades de cada um.

Finalmente e por considerarmos a prática do voluntariado um dos pilares da "cultura cívica", pretendemos dinamizar ainda mais o Serviço Municipal de Apoio ao Voluntariado, como mecanismo facilitador de acesso a variadíssimas hipóteses de prestação de voluntariado, contribuindo assim para a edificação de uma sociedade mais justa, mais coesa e, acima de tudo, mais sustentável.

A coesão social é efectivamente um factor transversal a todo este programa eleitoral,

pois, em todo o trabalho desenvolvido e que se pretende realizar, em áreas como a cultura, educação, segurança, turismo, habitação, reabilitação urbana e muitas outras, está subjacente a ideia de uma cidade que se quer integradora, empreendedora, geradora de riqueza e com instituições fortes e capazes de em conjunto responder aos problemas, necessidades e expectativas dos seus cidadãos.

_ Segurança urbana

A segurança urbana está intimamente ligada à coesão social.

Caso não tivéssemos apostado na reabilitação dos bairros e na capacitação da sua população, e por isso virado as costas a situações de completa degradação da vida de milhares de portuenses, e de insustentável injustiça social – a cidade estaria hoje a viver um problema muito mais grave.

Casos de degradação humana e tráfico de droga que existiam no Bairro de S. João de Deus, que entretanto demolimos, ou que ainda existem no Bairro do Aleixo, para o qual também apresentamos solução, são detonadores de fenómenos de insegurança.

É quando os cidadãos se sentem abandonados e estigmatizados pela sociedade que reagem de forma mais violenta contra essa mesma sociedade.

Foi com o objectivo de avaliar o efeito que esse investimento tem representado ao nível da coesão social e da segurança urbana, e assim melhor delinear medidas complementares de intervenção, que constituímos com a Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto o Observatório de Riscos e Segurança Urbana.

Os dados, entretanto recolhidos, apontam, entre outros, para correlações profundas entre as desordens físicas (a degradação do espaço, os graffitis, o lixo, a habitação devoluta), e desordens comportamentais e sociais, corroborando a nossa aposta nas políticas certas.

Sensibilizaremos a Polícia de Segurança Pública para o aumento dos meios de segurança directa (policimento de proximidade) e de segurança indirecta facilitando e incentivando o uso de soluções de videovigilância existentes.

O policiamento de proximidade é efectivamente fundamental para garantir a segurança urbana, pelo que o papel da PSP é preponderante.

Apesar de a PSP estar sob tutela do Governo Central, reduzindo por isso o papel do Município e da sua Polícia Municipal no que diz respeito ao policiamento de proximidade da cidade, não deixaremos de incentivar e reivindicar medidas que promovam a segurança dos Portuenses, tais como:

- Reforçar o papel da polícia como garante da ordem pública e da democracia, sensibilizando a população para a recuperação da credibilidade e autoridade dos efectivos policiais;
- Negociar com o Governo Central o aumento de competências das Polícias Municipais, para dar resposta a outros problemas de gestão e segurança da cidade e não apenas as actuais competências que se confinam ao cumprimento dos Regulamentos Municipais;
- Reafirmar o papel da polícia, enquanto elemento formal de controlo e segurança pública;
- Articular com o Governo Central a adequação das esquadras de polícia, não só ao acolhimento do cidadão, bem como dos agentes que lá exercem a sua função;
- Dignificar a imagem dos bairros sociais, e desmistificar a sua estigmatização, tornando-os espaços de inclusão, sendo determinante potenciar os laços de vizinhança ali existentes, e que são, muitas vezes, mais fortes do que os de zonas nobres da cidade;
- Negociar com o Governo Central uma maior co-operação da PSP com a Autarquia, procurando melhorar a resposta aos problemas de segurança e gestão do espaço público;
- Apostar na melhoria da distribuição geográfica do policiamento de proximidade, forçando pa-

ralelamente a dinamização do Contrato Local de Segurança;

- Sensibilizar o Governo Central para o reforço dos meios de policiamento no programa “Escola Segura”;
- Continuar a apostar em sistemas de segurança indirecta, nomeadamente a videovigilância, não só como meio dissuasor de comportamentos delinquentes, mas também como uma forma de detecção atempada de problemas, permitindo assim responder em tempo útil;
- Readequar a linguagem do mobiliário urbano e do edificado à percepção securitária das populações.

_ Desporto e vida saudável

A prática da actividade física e desportiva é reconhecidamente um factor de coesão social, e os inúmeros benefícios da sua prática não se centram apenas no próprio praticante. Favorece o desenvolvimento e o crescimento harmonioso, eleva a auto-estima, combate o isolamento e promove a integração social, reforça as resistências naturais do sistema imunológico, corrige certas disfunções e retarda a degenerescência muscular e nervosa, entre muitas outras alterações.

O trabalho desenvolvido nos dois últimos mandatos autárquicos, no âmbito da participação activa dos portuenses e seus visitantes em actividades físicas e desportivas, e no seu envolvimento em momentos de lazer e de ócio, posicionaram a cidade do Porto na rota das cidades europeias e mundiais que maior e melhor número de respostas tem sabido apresentar a este nível, contribuindo assim para um conceito de bem-estar, que torna a cidade melhor para viver ou visitar, cenário conseguido em grande parte pelos ganhos de eficácia gerados pela criação da Empresa Municipal Porto Lazer.

O desafio para o próximo mandato é portanto elevado. É essencial garantir o equilíbrio entre a continuidade deste movimento, sob pena de perdermos o contacto com o pelotão da frente, e, por outro lado, intensificar o esforço de di-

vulgação das acções desenvolvidas pela “Porto Lazer”, no sentido de cativar um maior número de participantes activos, sem descurar o apoio à criação de ambientes e de actividades favoráveis à promoção da actividade física e de estilos de vida activos.

Não pode neste âmbito ser descurado o envolvimento e capacidade de intervenção do movimento associativo, das colectividades da Cidade, do voluntariado, que em parceria com os agentes económicos e académicos do Porto, e com base na experiência da Autarquia e no resultado dos estudos de terreno desenvolvidos, poderão criar sinergias capazes de desenhar uma agenda integrada que permita uma maior abrangência em termos de actividades e população, e uma maior sustentabilidade do sector.

Tendo em conta a necessidade imperiosa de manter esta cadência de atracção da população para a prática de estilos de vida saudáveis, e promover e alavancar os recursos, conteúdos e infra-estruturas e espaços da Cidade, destacamos um conjunto de iniciativas que entendemos como essenciais:

- Acolher eventos desportivos de nível internacional, aproveitando o potencial do Porto em termos de topografia, infra-estruturas, paisagem e cultura desportiva;
- Continuar o esforço de dotar a Cidade com instalações desportivas condignas e de acordo com as suas reais necessidades, privilegiando a requalificação de equipamentos já existentes, tendo sempre em atenção a flexibilidade das soluções de forma a responder às solicitações e práticas mais recentes;
- Estudar com a Academia do Porto, nomeadamente com as entidades de Ensino Superior e a Federação Académica do Porto, soluções de gestão partilhada de equipamentos desportivos que vão de encontro às necessidades dos cidadãos, clubes e colectividades da Cidade e do meio académico em geral;
- Intensificar o apoio às modalidades amadoras e desporto de formação com especial preocupação com o desporto feminino;

- Estudar o desenvolvimento de módulos de formação dirigidos a dirigentes dos clubes desportivos, focados em competências de gestão e em novos conceitos desportivos;
- Desenvolver conceitos voltados para a prática de desporto informal orientados para o ciclo de vida das pessoas, que não exijam a presença de outros praticantes ou equipamentos de dimensão significativa, como aconteceu com a colocação de tabelas de basquetebol;
- Estudar a localização e o desenvolvimento de um ou mais parques para a prática de Skate;
- Colocação de aparelhos de exercício físico em espaços públicos da cidade, nomeadamente em jardins de proximidade, fomentando desta forma a prática desportiva da população, nomeadamente dos mais idosos;
- Continuar o esforço de articulação entre Pelouros, nomeadamente Lazer, Ambiente e Via Pública, no desenvolvimento de programas que promovam hábitos de vida saudável;
- Aproveitar o potencial da nova Zona Desportiva do Parque da Cidade;

Vida Saudável

O Porto quer e deve ser uma cidade saudável. Cabe a todos, cidadãos, instituições de saúde, Estado Central, Autarquia, e sociedade civil o apoio e o incentivo à promoção de comportamentos saudáveis que previnam a doença e potenciem desta forma a produtividade da nossa cidade.

Assim, será nosso objectivo a adesão à Healthy Cities Network (HCN) – Rede Europeia de Cidades Saudáveis. Mas mais do que a adesão ou qualquer outro procedimento formal importa direccionar as nossas preocupações para esta área, onde se pode e deve fazer melhor.

As autarquias podem e devem controlar e influenciar muitos factores que têm impacto na saúde e qualidade de vida das populações. É

importante que as pessoas possam ter a capacidade de escolher estilos de vida saudável no seu ciclo de vida diário.

A HCN é constituída por cidades de vários países da região europeia, nomeadas após um processo de candidatura que envolve a resposta a um conjunto de critérios de designação e de elegibilidade definidos pela Organização Mundial de Saúde.

Esta Rede funciona em ciclos de cinco anos, encontrando-se actualmente na Fase V, iniciada em 2008 e que termina em 2013. Os temas chave da Fase V da HCN são os seguintes:

- Criação de ambientes de cuidado e suporte: uma cidade saudável é uma cidade para todos os seus cidadãos – inclusiva, com estruturas de suporte, acolhedora e capaz de responder às necessidades e anseios dos seus cidadãos;
- Promoção de estilos de vida saudáveis: uma cidade saudável proporciona condições e oportunidades que encorajam, incentivam e suportam estilos de vida saudável para todos os segmentos populacionais, quer a nível étário quer social;
- Planeamento Urbano Saudável: uma cidade saudável oferece e constrói um ambiente urbano que encoraja, incentiva e facilita a vida saudável, o lazer e bem-estar, a segurança, a interacção social, a acessibilidade e mobilidade, um sentido de orgulho e identidade cultural e a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos;

Uma cidade saudável gera maior dinâmica e competitividade! É esta a nossa opção: inscrever a cidade do Porto na Rede Europeia de Cidades Saudáveis e contemplar a visão inscrita nas suas linhas orientadoras, na estratégia global da cidade!

REGENERAÇÃO URBANA

Uma cidade coesa pressupõe equilíbrios e uma vigilância constante do território por parte dos seus gestores, de forma a constantemente identificar e prever eventuais ameaças e oportunidades.

É hoje assumido que a Baixa do Porto está a mudar, com a regeneração do espaço e património públicos, os quarteirões reabilitados, e os projectos em curso ou em fase de arranque. Como sejam a reabilitação do Morro da Sé, a reabilitação do eixo Mouzinho/Flores, a reconversão da Praça de Lisboa, o Mercado do Bolhão, o Mercado Ferreira Borges, o Rivoli, a Praça de Parada Leitão, as Galerias de Miguel Bombarda e a zona das Galerias Paris, Cândido dos Reis, e Almada. Factores que induzem novos estilos de vida na Baixa e um novo pólo de animação na cidade. Com a virtude de terem sido baseados numa abordagem sustentada, isto é, surgiram de dinâmicas próprias dos agentes económicos e culturais, funcionando os poderes públicos como facilitadores e reguladores.

No entanto, esta nova realidade coloca-nos perante novos desafios. Um primeiro que passa por organizar e regular a oferta cultural e de lazer na baixa da cidade, minimizando o impacto no espaço público e no conforto daqueles que habitam na envolvente. Um outro que passa pela atracção de novos habitantes para o centro da cidade, processo já em curso, mas que ainda não atingiu a velocidade cruzeiro por nós desejada. Nestas situações a persistência e coerência nas estratégias é determinante, pois sendo processos assumidamente lentos, só são viáveis com a confiança das partes interessadas: moradores, compradores, senhorios, inquilinos, comerciantes, hoteleiros, promotores imobiliários, e banca, entre outros.

Mas não podemos, nem devemos deixar de estar atentos a outras zonas da cidade que têm a sua vida e dinâmicas de evolução próprias. Por isso entendemos que a zona oriental da cidade precisa de um cuidado especial, algo que tem vindo a acontecer ao longo destes últimos anos, com a construção da primeira fase do Parque Oriental (10 ha), com a demolição do Bairro S. João de Deus, com a reabilitação de Bairros Sociais e Escolas, e com a chegada da fibra óptica a esta zona da cidade. Mas entendemos que este esforço tem de ser reforçado e intensificado.

– Reabilitação da baixa

Ao longo de anos a Baixa e o Centro Histórico do Porto estiveram abandonados, muito por força do modelo de financiamento escolhido para o processo de reabilitação, essencialmente baseado em financiamento público. Quando assumimos a gestão da Autarquia em 2002 deparamos com uma situação caótica, buracos a céu aberto, ausência de pessoas, espaço público degradado e um modelo de reabilitação e desenvolvimento falido. Havia que rever o modelo e foi isso que fizemos, apostamos num modelo sustentado assente na dinâmica da economia e na vontade dos seus agentes, um modelo baseado em investimento privado com apoio de dinheiros e regulação pública. Constituímos a Sociedade de Reabilitação Urbana com o objectivo de definirmos uma estratégia e um plano de operações global, ainda que distintos, para o Centro Histórico e para o Centro da Cidade, para isso ainda no primeiro mandato foi elaborado um diagnóstico inicial que suportou a definição da estratégia de reabilitação da Baixa e Centro Histórico, vertida no Masterplan da SRU, que suporta o modelo

de desenvolvimento desta zona da Cidade. Pela importância que a Baixa e o Centro Histórico merecem foi constituído no âmbito da SRU um Conselho Consultivo, composto por personalidades dos mais diversos quadrantes políticos, profissionais e culturais, que se pronuncia e acompanha o processo de reabilitação, assegurando assim uma maior transparência e coerência em todo este processo.

Entendemos que a aposta na reabilitação da Baixa e Centro Histórico é importantíssima para o Porto, não só porque revitaliza e valoriza o seu património histórico, mas também porque é geradora de emprego e de actividade económica, decorrente do próprio processo de requalificação e de novas oportunidades de negócio alavancadas por este processo, nomeadamente na área da cultura, do lazer e do turismo.

Este não é um objectivo de curto prazo, que se concretize num ciclo de um mandato, é um objectivo para uma geração, mas sentimos hoje que a dinâmica conseguida é imparável, a não ser que o cenário político se altere e se voltem a cometer erros do passado.

O que temos hoje:

No que respeita à reabilitação física temos 738 edifícios com processos de reabilitação em curso, dos quais 26 se encontram concluídos e 330 em obra ou licenciados para reabilitação, o que é hoje visível nas ruas da Baixa e do Centro Histórico. A este nível importa ainda destacar a conclusão das operações de reabilitação dos quarteirões de Carlos Alberto e do Infante. Mas esta intervenção não se limita ao edificado e se há sinais que os poderes públicos têm de dar, são essencialmente os que dependem da sua acção directa. Nesse sentido importa aqui destacar o esforço desenvolvido na requalificação maciça do espaço público que ocorreu praticamente ao longo de toda a Baixa da Cidade, cuja marca principal é a reabilitação da Avenida dos Aliados, intervenção que ainda hoje tem dificuldade em conseguir um apoio consensual entre a população, mas que é actualmente um local privilegiado para as pessoas se encontrarem, bem como para a realização de eventos, como

a transmissão dos jogos do mundial de futebol 2006, que trouxeram mais de 12.000 pessoas a assistir à transmissão de um jogo de futebol, ou o regresso da feira do livro a esta praça da Cidade, que ilustra bem o potencial e a função da Avenida dos Aliados, à semelhança de outras grandes praças de cidades europeias.

A animação e o lazer são essenciais para dar substância e sustentabilidade ao modelo de reabilitação da Baixa e do Centro Histórico. É essencial trazer mais pessoas para residir, mas é determinante trazer pessoas que vivam e usufruam da Baixa, tornando-a assim mais acolhedora e atractiva, razão pela qual a Câmara Municipal, por acção directa, ou indirecta da Porto Lazer, tem feito um esforço de atrair eventos para a Baixa, com o sucesso que é hoje reconhecido por uma esmagadora maioria da população, nomeadamente pelos jovens e pelos investidores e promotores que procuram hoje a Baixa como local de eleição para os seus investimentos. Mas esta mudança de realidade traz-nos novos desafios, hoje o problema já não é animação e o movimento na Baixa, mas sim o barulho e o impacto do movimento nesta zona da Cidade, pelo que encontraremos soluções que compatibilizem a nova dinâmica, com as expectativas dos residentes e dos comerciantes.

O que pretendemos:

Importa destacar alguns dos projectos estruturantes que se encontram em fase de arranque, alguns deles com resultados já visíveis, como a intervenção no Morro da Sé, um investimento directo de cerca de 15.000.000€, já aprovado no âmbito do QREN, baseado numa parceria público-privada, destacando-se neste projecto quatro valências que marcarão a mudança face à realidade actual: a criação de uma Residência de Estudantes e de uma Unidade de Alojamento Turístico, a ampliação e requalificação do Lar de Idosos existente na Rua da Bainharia, a requalificação do espaço público envolvente e a implementação de soluções integradas de suporte aos proprietários e residentes, nomeadamente na componente de reabilitação de fachadas e de projectos de eficiência energética, bem como em eventuais

necessidades de realojamento dos residentes.

O projecto do Morro da Sé contemplará ainda um conjunto de acções imateriais de interacção com as populações locais, nomeadamente na área do empreendedorismo.

Estão também em curso operações de reabilitação de dois pontos importantes de charneira entre a Baixa e o Centro Histórico, os quarteirões do Corpo da Guarda e das Cardosas.

O projecto de reabilitação do quarteirão das Cardosas, que contemplará um hotel de qualidade superior da rede Intercontinental, bem como oferta de habitação e escritórios mantendo-se o comércio ao nível da rua. Será também criada uma praça para peões no interior do edificado que cobrirá um parque de estacionamento com capacidade para 400 lugares aproximadamente.

No que respeita ao quarteirão do Corpo da Guarda, desenvolvido num modelo de associação de proprietários, está a ser criado um conjunto residencial, servido por estacionamento próprio, mantendo-se o comércio ao nível da rua.

Dentro destas mesmas linhas de força, arrancará em 2011 o projecto de reabilitação do eixo Mouzinho-Flores, segundo sector do Centro Histórico e Património da Humanidade a ser reabilitado. Este projecto já foi aprovado no âmbito do QREN. A estratégia para este projecto tem particular preocupação com a revitalização das dinâmicas económicas e com o incentivo à re-habitação, através, por exemplo, da construção de um parque de estacionamento enterrado entre o Largo de S. Domingos e as Taipas, que numa primeira fase, na envolvente do Largo de S. Domingos, terá 400 lugares. Este parque da iniciativa da CMP destinado preferencialmente a residentes actuais e futuros, com saídas directas para todos os quarteirões. Este projecto privilegiará a requalificação do espaço público, que visa melhorar o conforto, aumentar a dimensão dos passeios e renovar infra-estruturas e mobiliário urbano, de forma a dar melhor enquadramento ao percurso pedonal e à actividade comercial e

turística existente. Estas acções de iniciativa pública serão complementadas por iniciativas de outros parceiros privados.

O nosso compromisso é o de levar a cabo todos os processos em curso e aproveitar a oportunidade de se ter conseguido chegar a este ponto, para conseguir que o crescimento da reabilitação evolua em progressão aritmética. Esta progressão poderá ser mesmo geométrica caso os partidos que se candidatam às eleições legislativas sejam coerentes com o seu discurso público de apoio à reabilitação urbana.

Do nosso lado iremos desenvolver todos os esforços para que este desígnio seja cumprido, para o efeito, destacamos alguma das medidas que consideramos importantes para alcançar este objectivo para a Cidade:

- Acentuar os instrumentos definidos no âmbito da SRU, intensificando a sua mobilização e minimizando redundâncias, tendo em conta que o modelo estrutural de funcionamento da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) está testado e funciona;
- Intensificar o esforço desenvolvido na redução da burocracia e na transparência dos processos de licenciamento, bem como na adequação do quadro de incentivos vigente;
- Desenvolver esforços junto das entidades públicas para criação de uma plataforma que disponibilize, a promotores e investidores registados, todo o histórico de pareceres relacionados com processos de reabilitação no Centro Histórico;
- Elaborar um Guia de “Boas Práticas” para a reabilitação no Centro Histórico, com enfoque especial no pequeno investidor/promotor;
- Dar continuidade ao esforço de eliminação de barreiras arquitectónicas, implementando soluções dirigidas a seniores, cidadãos com necessidades especiais, carrinhos de bebé, ou outros meios de apoio à mobilidade individual;

- Criar incentivos para projectos que promovam a eficiência e a diversificação energética;
- Intensificar a aplicação do regulamento relativo ao processo de cargas e descargas no centro da cidade;
- Intensificar a fiscalização do espaço público, com especial atenção à limpeza urbana e ao estacionamento desordenado;
- Regular e definir zonas de estacionamento de autocarros turísticos;
- Desenvolver soluções inovadoras de estacionamento na Baixa, não para trazer mais trânsito, mas para facilitar a vida aos moradores;
- Reforçar e estabelecer parcerias com a Academia do Porto, nomeadamente com a Universidade do Porto e o Politécnico do Porto, para a construção de residências universitárias no Centro da Cidade;
- Dinamizar e implementar estratégias e iniciativas decorrentes do Plano de Gestão do Centro Histórico e do Concurso de Ideias para a Frente Ribeirinha;
- Deslocar os terminais rodoviários do centro da Cidade, em estreita articulação com outros municípios da Área Metropolitana do Porto, tendo sempre em consideração a configuração da rede de Metro;
- Desenvolver dinâmicas de participação das partes interessadas no processo de reabilitação da baixa, conseguindo assim acrescentar continuamente valor ao processo em curso e garantindo o envolvimento e o comprometimento da cidade com o projecto;
- Aproveitar o potencial do Centro da Cidade para mercado de arrendamento, que tem hoje condições que são impraticáveis na periferia, em particular no que respeita à integração dos diferentes meios de transporte, metro, comboio, autocarros. Actualmente uma família que viva no centro pode viver perfeitamente sem recorrer a carro próprio;
- Criar um incentivo dirigido aos promotores de projectos de requalificação urbana na Baixa da Cidade, que promova e incentive o arrendamento por parte de jovens casais;
- Reforçar a aposta no “SIM Porto”, que consiste na cedência de direitos de construção a quem desenvolve projectos de reabilitação na Baixa, noutras zonas da cidade, sempre de acordo com o Plano Director Municipal, mas não aplicável a zonas de moradias. Este projecto pode alavancar de forma decisiva o processo de reabilitação da Baixa, tendo em conta que pode ser decisivo na equação financeira dos projectos;
- Intensificar as Parcerias Público-Privadas para a requalificação e melhoria do espaço público, através do programa “Porto com Pinta” - requalificação de edifícios públicos e monumentos - e do programa “Porto Cidade para Todos”, destinado à eliminação das barreiras arquitectónicas. Em ambos os casos o financiamento é assegurado por mecenato, sob a forma de receitas publicitárias nos próprios locais de intervenção.
- Negociar com o Governo Central a adequação do Código de Expropriações às necessidades da requalificação urbana;
- Exigir do Governo Central a sua quota-parte de responsabilidade na gestão da SRU, não só na componente operacional, mas na disponibilização de fundos para a intervenção no território.

– Uma palavra para a zona oriental da cidade

- Dar continuidade à construção do Parque Oriental da Cidade, complementando o trabalho desenvolvido na primeira fase deste projecto, e segundo os parâmetros definidos na correspondente UOPG consagrada no PDM para a zona. Com este projecto ficará disponível à população da zona Oriental um amplo espaço arborizado e relvado, que possibilite às pessoas momentos de tranquilidade e lazer. O conceito será muito semelhante ao Parque da Cidade, mas com características diferentes, como o aproveitamento dos cur-

sos de água, nomeadamente do Rio Tinto que se encontra em processo de despoluição;

- Reversão do Parque de S. Roque, à semelhança do que foi feito com o Parque do Covelo, com base num conceito voltado para a prática de desportos radicais;
- Exigir da REFER que termine o projecto da Estação de Campanhã, através da criação de um interface entre o comboio, metro e autocarro, nas actuais traseiras da Estação de Campanhã, devidamente suportado por parques de estacionamento;
- Dar continuidade ao forte investimento na requalificação dos Bairros Sociais e seus espaços envolventes;
- Reconfiguração e requalificação das ligações viárias na envolvente do Bairro do Lagarteiro;
- Construção de novos Centros Escolares, de forma a possibilitar o funcionamento das escolas de 1.º Ciclo em regime normal:
 - Centro Escolar das Antas;
 - Reversão da EB 2,3 do Cerco em Centro Escolar dirigido ao 1.º Ciclo e Pré-Escolar;
- Abertura ao público da Pousada do Freixo, que além do impacto na requalificação urbana do edificado e envolvente, criará novas dinâmicas na zona com a diversificação de públicos;

_ Novos Conceitos

Uma das linhas de força que temos seguido na gestão dos destinos da Cidade passa por colocar o património do Porto ao serviço da economia local, gerando assim mais emprego, mais dinâmica económica e, consequentemente, mais riqueza para a Cidade e para a região, privilegiando, sempre que possível, o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas que acelerem o processo de dinamização e paralelamente gerem lógicas de exploração mais eficientes e sustentáveis. É com base nesta política que destacamos um conjunto de novos

conceitos que irão despontar na Cidade na sua maioria, exceptuando o Mercado do Bolhão, baseados em modelos de exploração público privados.

Palácio de Cristal

Entrará em funcionamento em 2012 um espaço que o Porto há muito ambicionava, um espaço capaz de acolher eventos e congressos de dimensão internacional, que resultará da reabilitação e reconfiguração do edifício do Palácio de Cristal, tornando este edifício emblemático da cidade num espaço multifuncional, capaz de acolher iniciativas até 5000 pessoas, adequando-o assim às necessidades dos novos tempos, mas respeitando a sua traça original e os jardins envolventes, uma vez que o projecto em curso está a ser desenvolvido pelo mesmo arquitecto que construiu o actual Palácio de Cristal no início da década de cinquenta, José Carlos Loureiro. Um projecto que melhorará decisivamente a competitividade do Porto, preservando aqueles que são, talvez, os jardins mais bonitos da cidade.

Mercado do Bolhão

O conceito do novo Bolhão apontará para um equipamento com condições de se assumir como um local de encontro de sabores e aromas tradicionais, em comunhão com as exigências e desafios colocados pelas solicitações da sociedade actual. Um mercado que continue a fazer jus ao seu passado, baseado na frescura dos produtos naturais, oriundos da região, e capaz de atrair no futuro consumidores qualificados e turistas.

O desenvolvimento e concretização do projecto está a cargo do IGESPAR, cabendo à Autarquia assegurar as verbas necessárias para a execução das obras.

O início das obras, cujo projecto manterá a estrutura principal do Mercado, arrancará no próximo ano, e prevê-se a sua conclusão até ao final de 2011, sem interrupção da presente actividade comercial actual.

Mercado do Bom Sucesso

O projecto de requalificação do Mercado do Bom Sucesso, à semelhança do Mercado do

Bolhão, prevê a sua requalificação física, bem como a sua revitalização económica.

O futuro conceito manterá a estrutura exterior do Mercado, passando o seu interior a albergar um hotel 'low-cost design', um espaço destinado a escritórios, com espaços modulares e, ainda lojas comerciais. Para além desta oferta, o mercado manterá um espaço destinado a bancas para a venda de frescos e outros produtos tradicionais.

O projecto arrancará também no próximo ano, e prevê-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2012.

Mercado Ferreira Borges

Abrirá ao público no primeiro trimestre de 2010 um espaço mítico para a dinamização da produção e criação musical no Norte do País, o

Hard Club. Este espaço nascerá no coração da Cidade e resultará do processo de reconversão do Mercado Ferreira Borges, também ele um espaço emblemático da cidade, que manterá a sua fachada exterior e receberá no seu interior soluções modulares que possibilitem a criação de salas de ensaio, salas de concerto e espaços complementares de lazer. Importa salientar que este projecto não esquecerá a componente pedagógica, estando a ser desenhados programas dirigidos às escolas, que funcionarão durante as manhãs, otimizando assim a ocupação do espaço.

COMPETITIVIDADE

Hoje, a competitividade territorial de uma cidade não se efectiva em termos metropolitanos, regionais, nacionais ou europeus. Joga-se à escala global, e é influenciada por um conjunto de condições diversas. É esta diversidade que nos pode colocar no mapa da competitividade territorial. A atracção e fixação de públicos, de residentes, e de investimentos só são possíveis com arbitragem. Isto é, quando podemos ser diferenciadores.

Se o território é uno, a questão é mais complicada. Temos que criar uma lógica distintiva para o Porto e para a AMP, pois com uma AMP mais competitiva o Porto sai ganhador. Só conseguimos ser competitivos se garantirmos lógicas de atracção autónomas. Não podemos ser reactivos, temos de ser pró-activos, estar nos locais onde os investimentos se decidem e cativar os investidores para a cidade.

O Porto tem vantagens evidentes a diferentes níveis, ao nível das infra-estruturas, das redes de conhecimento, do capital humano, do entretenimento, da oferta cultural, da segurança, da qualidade de vida e, acima de tudo de algo que é claramente distintivo - o carácter e identidade do seu património e das suas gentes.

É com base neste conjunto de activos e vantagens competitivas da cidade que delineamos a nossa estratégia para a competitividade urbana, que assenta em 8 áreas de intervenção estruturantes, e para as quais apresentamos estratégias específicas, mas devidamente integradas entre si.

_ Turismo

Ao longo das últimas décadas o Turismo de

Cidade, nomeadamente a oferta baseada no património e na cultura, tem registado um incremento significativo, e uma consequente preocupação por parte das entidades nacionais e europeias, com responsabilidades na gestão do sector do turismo. O Porto tem acompanhado essa tendência, quer na evolução da capacidade de alojamento, quer na evolução do número de dormidas. Embora muito possa e deva ser feito a este nível.

Um outro segmento importante para o incremento da procura está ligado ao turismo de negócios, área onde o Porto tem vindo a revelar uma subida consistente nos rankings internacionais desde 2005, afirmando assim a Cidade e a Região, cada vez mais, como um destino emergente no panorama internacional do Turismo de Negócios. Mesmo em clima de evidente recessão económica, o que abre expectativas excelentes para o futuro.

Importa salientar, também, a importância de um segmento com enorme potencial: o Turismo Científico, obviamente alavancado pela presença no Porto de uma vasta oferta no sector do conhecimento, baseada na sua rede de entidades de ensino superior e entidades ligadas à Inovação, Investigação & Desenvolvimento [I&D].

O Porto reúne hoje condições únicas para incrementar e consolidar a sua atractividade no mapa turístico global. Dispõe de um Aeroporto de referência no contexto Europeu, no que respeita à qualidade de serviço, bem como um conjunto de outras infra-estruturas relevantes, em termos turísticos. Detém um portfólio de atracções e infra-estruturas com escala internacional, como o Grande Prémio da Boavista, o Red Bull Air Race, a Casa da Música, o Museu

de Serralves, o Sea Life, o Rivoli, o Coliseu e um conjunto de Parcerias Público-Privadas que se encontram em desenvolvimento, e que poderão diversificar e potenciar a oferta turística da cidade, como a requalificação e reconversão do Palácio de Cristal, a nova Pousada do Freixo, a requalificação dos Mercados do Bolhão e Bom Sucesso, a requalificação e reconversão do Mercado Ferreira Borges.

Estas valências, associadas ao valor inquestionável do património da cidade, com especial relevância do Centro Histórico e da Frente Ribeirinha, são activos turísticos de elevado valor acrescentado, que exigem uma estratégia sólida de promoção e comunicação, que deverá ser definida em estreita articulação com a estratégia de captação de investimento, e com entidades com responsabilidades no sector da promoção turística.

Este é um cenário animador para o novo desafio que aí vem, e que nos mobiliza para melhorarmos continuamente o panorama turístico da cidade, criando condições para o aumento da notoriedade da cidade, para aumentar a permanência do turista o máximo tempo possível na cidade, incrementando assim o retorno para a economia local.

Para dar continuidade a este desafio de colocar o valor patrimonial da Cidade ao serviço da economia local, a autarquia deve posicionar-se essencialmente numa lógica facilitadora, integradora e promocional, gerando e atraindo, assim, mais valor para o Porto. De forma a alavancarmos e consolidarmos a imagem do Porto no panorama turístico internacional, destacamos de seguida algumas das medidas a que nos propomos:

- Intensificar a aposta em aceleradores de procura, como o Palácio de Cristal, o GP da Boavista, o Sea Life, o Red Bull Air Race, o Rivoli, o Parque da Cidade e frente marítima e de rio, que diversifiquem e densifiquem a oferta, aumentando assim a procura, o número de visitas e o número de noites de estadia por turista;
- Valorizar a noite de S. João, como o culminar de um mês de festividades na cidade, juntan-

do eventos de maior e menor relevo, mas de reconhecida qualidade, dando assim escala à promoção dos mesmos e à promoção internacional da Cidade, maximizando desta forma o período de retenção dos turistas;

- Dinamizar redes que envolvam as partes interessadas no sector do turismo e que sejam potenciadoras de Parcerias Público-Privadas, orientadas para a valorização do património e conteúdos da cidade;
- Explorar através do estabelecimento de parcerias promocionais mercados potenciais próximos, como Lisboa, Galiza e cidades envolventes com casco histórico;
- Concretizar a concentração da responsabilidade pela estratégia promocional numa única entidade, garantindo assim maior coerência, credibilidade e clareza na mensagem de promoção internacional;
- Desenvolver produtos turísticos integrados que promovam a cidade e a região, explorando a centralidade do Porto em termos de alojamento e os seus elementos diferenciadores, e de identidade com elemento de atractividade;
- Desenvolver um Portal de Turismo, que catalogue, integre e sistematize a oferta de produtos e serviços, como base de uma plataforma de comunicação multi-canal com o turista, e como repositório de toda a oferta em termos de Cidade e região, explorando soluções inovadoras de interacção;
- Facilitar a promoção internacional de produtos dirigidos à comunidade académica e científica internacional, que rentabilizem a utilização das residências universitárias nas pausas lectivas e atraiam eventos ou congressos de promoção e divulgação científica para a Cidade;
- Reforçar o programa de acolhimento dos alunos Erasmus instalados na Cidade, que será suportado por uma rede social fechada que manterá o contacto futuro com todos os alunos que tenham passado pela Cidade, reforçando a sua ligação com a Cidade, tornando-

- os assim potenciais promotores do Porto;
- Explorar parcerias com o sector privado para o desenvolvimento de material promocional do Porto, tendo como referência o seu património histórico e elementos de notoriedade da Cidade, gerando assim maior dinamismo económico, maior envolvimento com o turista e maior notoriedade territorial;
- Consolidar a imagem do Porto como porta de entrada no Noroeste Peninsular;
- Apostar na reformulação da sinalética de locais de interesse turístico, orientada e amigável ao turista;
- Potenciar a capacidade decorrente da requalificação do Palácio de Cristal como espaço de acolhimento de grandes eventos desportivos, de lazer, e essencialmente como alavanca de procura no sector do Turismo de Negócios e no Turismo Científico;
- Sensibilizar as partes interessadas no sector para a importância da segmentação, especialização, qualificação e certificação da oferta;
- Intensificar a presença nos centros de decisão e a pró-actividade na prospecção devidamente articulada com a captação de investimento;
- Estabelecer a pedagogia adequada, educando para o Turismo, não só nas gerações mais jovens, através de acções de sensibilização para a importância do Turismo no contexto local e regional, mas também da população em geral, demonstrando o impacto do saber receber e do saber servir, no sentido de tornar a cidade ainda mais acolhedora;
- Desafiar as entidades de Ensino Superior a desenvolver conteúdos orientados para os profissionais do Turismo, nomeadamente na componente do atendimento e serviço, e na transmissão de conhecimento histórico da Cidade;
- Desenvolver programas de formação dirigidos a Guias da Cidade, nomeadamente na área da elaboração de percursos e guias turísticos,

contribuindo assim não só para o seu conhecimento da cidade, como para a criação de um mercado potencial de guias turísticos, sejam estes em formato papel ou multimédia, que possam ser certificados pelo Município;

- Estudar a criação do Parque do Japão, aproveitando o facto de o Porto ter sido a primeira cidade fora do Japão a receber Japoneiras, vulgo Camélias, criando desta forma um pólo de atractividade nomeadamente para o mercado Asiático;
- Desenvolver com parceiros uma solução para dotar o Porto de uma rede pública de oferta de bicicletas de aluguer, para uso dos residentes e sobretudo dos turistas, encontrando o modelo mais adequado à topografia da cidade.

_ Inovação, Criatividade & Empreendedorismo

O momento de crise que vivemos está na agenda dos decisores de topo da nossa sociedade. As estratégias para invertermos a dinâmica da recessão não podem ignorar a inovação, a criatividade e o empreendedorismo como alavancas da retoma da economia. Neste cenário de forte turbulência económica estes vectores podem ser os elementos diferenciadores que a médio longo prazo nos coloquem no mapa global em termos de competitividade territorial. Não podemos, no entanto, deixar de considerar que os processos de inovação são processos longos, sem resultados imediatos e que exigem estabilidade no ecossistema social e político.

A criatividade por si só não cria valor. É essencial criar o ambiente propício à criação, que despolete o processo de inovação e seja transformado em valor. Esse valor surge quando aparece uma necessidade e uma solução, surgindo assim a oportunidade de inovação. Estes processos não devem ser forçados, devem sim, ser criadas as condições que facilitem estes cenários, ao nível das infra-estruturas, da regulação, dos incentivos... Muitas destas competências estão além das competências

do município, mas a CMP deverá posicionar-se como elemento facilitador, unificador, potenciador e exercer o seu poder de influência para que estas dinâmicas surjam, disponibilizando infra-estruturas que potenciem as mesmas. Devemos promover a troca, a abertura, devemos ser acolhedores. Não podemos ser inovadores sem sermos acolhedores.

Quando falamos de empreendedorismo não podemos ter uma visão redutora. É essencial alargar o âmbito, quer em termos de público-alvo, quer no que respeita ao papel do empreendedor. O empreendedor não se resume ao cidadão que desenvolve ou monta o seu próprio negócio; todos podemos ter uma atitude empreendedora, seja na nossa vida profissional, seja no nosso papel enquanto cidadãos. Os agentes públicos devem criar as iniciativas e mecanismos facilitadores necessários para a promoção deste espírito.

Temos de orientar a estratégia para as novas gerações, com foco na criação de valor e riqueza para a Cidade e para a região, mas não podemos, nem devemos esquecer a autarquia enquanto organização. Importa portanto estruturar e integrar um conjunto de propostas das quais destacamos as seguintes:

- Aprofundar a relação com a Academia do Porto, com especial atenção à Universidade do Porto, encomendando soluções para os problemas de organização e funcionamento da Cidade e da autarquia;
- Manter uma relação de proximidade com os pólos e clusters de competitividade, nomeadamente saúde, indústrias criativas, moda, lazer e artes...
- Criação de reputação em indústrias que são compatíveis com a vida da Cidade: ourivesaria, alta-costura, tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, entre outros;
- Maximizar o investimento realizado e em curso na cidade, nomeadamente no que respeita à rede urbana de fibra óptica, que até 2013 cobrirá 99% da cidade, promovendo lógicas de atracção de investimentos de valor acrescentado, intensivos em conhecimento e tecnologia;
- Potenciar a ligação de todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao universitário, à rede urbana de fibra óptica, criando produtos/conteúdos/serviços que alavanquem o potencial de conhecimento e capacidade de colaboração ao longo de todos os níveis de ensino;
- Criar programas de integração de jovens no mercado habitacional municipal, com o intuito de diversificar o perfil do inquilino municipal, revitalizar territórios urbanos maioritariamente ocupados por idosos, e apoiar jovens em situação de carência social, económica ou habitacional. Este projecto será implementado com base na definição de quotas de habitações disponibilizadas, celebração de contratos de duração limitada e acordos especiais de concessão e/ou residências partilhadas;
- Criação de espaços na Cidade, no âmbito do conceito The Hub Porto, que disponibilizem aos empreendedores, profissionais no activo, estudantes, movimento associativo... acesso a espaços de trabalho à medida das suas necessidades em termos temporais, suportados por serviços partilhados, a preços acessíveis e ligados a uma rede de parceiros do sector empresarial, académico, social, micro-crédito, capital semente... que sejam potenciadores, facilitadores, financiadores ou parceiros de projectos de concepção individual ou desenvolvidos no âmbito desta rede;
- Levantamento em permanência dos bens e espaços públicos que possam ser postos ao dispor da cidade, mediante regras e períodos de tempo bem definidos, promovendo assim novas dinâmicas e atraindo empreendedores;
- Valorizar os pequenos inovadores, tais como os artífices da cidade, pois contribuem para a configuração do carácter único e diferenciador do Porto.
- Reforçar e alargar as parcerias estabelecidas na sensibilização e promoção do empreendedorismo e da educação financeira junto das escolas do ensino básico do Porto;

_ Cultura & Lazer

A noção de cultura em sentido lato e inclusivo descreve os padrões de vida de sociedades, de grupos, de comunidades... É um conjunto de práticas que constroem conhecimento, significados e valores.

Cada sociedade tem uma maneira de estar e de pensar. Assim, a cultura não deve ser abordada de forma singular, mas plural. Devemo-nos referir a culturas e não a um conceito específico de cultura, considerando que na sua génese todos são interessantes. Esta abordagem sinaliza a intenção de considerar a cultura como inclusiva, olhando-a sem quaisquer juízos de valor ou preconceitos. A cultura deve ser olhada como factor de desenvolvimento e de coesão social, porque, pode e deve desenvolver nas pessoas um conjunto de competências que poderão ter um impacto significativo na sua qualidade de vida, auto-estima e na sua integração e evolução social.

Vivemos hoje tempos de crise que exigem uma grande flexibilidade, para que possamos ajustar continuamente as oportunidades às necessidades. O cenário actual vem reforçar aquela que tem sido a nossa bandeira desde a primeira hora, a política de promoção da coesão social.

A natureza da exclusão é inter-relacional e contempla diversas dimensões: económica, social, política e cultural. A forma de alavancarmos a mudança passa por criar interdependências e sinergias entre as diferentes dimensões. Importa otimizar e clarificar o papel e importância dos Museus e outras Instituições Culturais (IC) sensibilizando-os para a relevância de uma oferta integrada e complementar, bem como para as múltiplas barreiras que existem na relação com o cidadão e para a necessidade de as ultrapassar.

A mudança social em curso deve introduzir mudanças na agenda das IC, que devem passar a ter um maior comprometimento com as questões sociais, concebendo e implementando soluções e contributos que promovam a educação e capacitação das populações, aumentando assim o seu leque de competências e auto-estima, abrindo novas janelas de

oportunidade, que as possam tornar gradualmente mais autónomas, conseguindo assim progressivamente assumir um melhor controlo das suas vidas.

A Cultura não pode, do nosso ponto de vista, ser dissociada do Lazer, quer na vertente de programação, quer no desenvolvimento de sinergias que dêem escala à oferta desenvolvida em cada um dos sectores, bem como numa maior eficiência logística decorrente da parceria entre diferentes entidades. Esta abordagem conjunta e integrada pode ser decisiva no incremento de dormidas na cidade e no retorno financeiro por turista, uma vez que ao criar uma oferta integrada e complementar estamos a criar condições para diversificar e abrir o leque temporal da oferta, conseguindo assim de forma gradual manter o turista mais tempo na cidade.

Para concretizar as diferentes dimensões desta estratégia, entendemos como essenciais um conjunto de iniciativas, das quais destacamos:

- Desenvolver o Plano Municipal de Cultura como instrumento essencial para a visão e gestão integrada de todos os projectos que concretizem a política cultural da Cidade, criando assim condições para a optimização da oferta entre os diferentes agentes culturais, tornando-a mais eficiente e apelativa. Um trabalho que será desenvolvido em estreita colaboração com as comunidades locais;
- Orientar os serviços da Direcção Municipal de Cultura para a lógica de mediação cultural, com o objectivo de reforçar as pontes entre a autarquia e as comunidades locais, estabelecendo assim as condições para que a CMP chegue mais perto das pessoas, com uma oferta mais dirigida e como elemento facilitador de dinâmicas de inclusão, nomeadamente junto das populações mais desfavorecidas;
- Intensificar a política de parcerias para a concepção, promoção e implementação da oferta cultural e de lazer;
- Continuar o desenvolvimento e implementação de uma política de cultura equilibrada

- entre produções efémeras e acções estruturantes;
- Valorizar o papel da educação no sector da cultura, intensificando a articulação entre os dois sectores, nomeadamente na componente da educação não formal;
 - Reforçar as condições e dinâmicas necessárias à realização de eventos regulares no âmbito da cultura, que alternem com outros eventos de grande dimensão na cidade, envolvendo os programadores da cidade e potenciando eventuais financiamentos do QREN;
 - Consolidar a acção do Conselho Metropolitano de Vereadores, elemento essencial na articulação de políticas e programação metropolitanas;
 - Dinamizar uma plataforma que ponha em contacto as diferentes entidades, para que possam articular oferta, agendas, programações plurianuais, contribuindo assim para uma melhor programação, com mais sinergias e melhor comunicação;
 - Desenvolver um diagnóstico profundo relativamente ao impacto dos museus como agentes catalisadores de desenvolvimento social nas suas comunidades;
 - Dar continuidade à valorização do espólio dos Museus Municipais, promovendo a sua avaliação, optimização, e articulação, com o objectivo de maximizar a qualidade das exposições, e dar escala à oferta municipal, promovendo políticas que melhorem as acessibilidades físicas e adaptem os conteúdos a todos os tipos de públicos;
 - Lançar concurso de ideias para a dinamização e utilização do espaço público, captando assim novos públicos e criando novas dinâmicas nos espaços culturais, e sensibilizar paralelamente as entidades culturais para o alinhamento gradual dos horários com o ciclo de vida dos munícipes e dos turistas;
 - Implementar, com base em parcerias, ciclos de cinema para públicos específicos;
 - Avaliar com os parceiros relevantes do interesse e do modo de promover no Porto a construção de edifícios assinados por arquitectos do Porto.
 - Promover e facilitar parcerias para a promoção de circuitos específicos, como por exemplo o circuito dos órgãos de tubos, circuito romântico, circuito da arte contemporânea, que possam funcionar de forma complementar, gerando assim novas dinâmicas e criando escala entre eles;
 - Uniformizar gradualmente a iluminação do Património Histórico da Cidade, nomeadamente no Centro Histórico;
 - Consolidar a actividade da “Porto Lazer”, estabilizando conteúdos e apostando em eventos de prestígio;
 - Dar continuidade ao esforço que tem vindo a ser desenvolvido na captação de eventos de grande notoriedade internacional, Grande Prémio da Boavista e Red Bull Air Race, bem como na captação de investimentos em equipamentos de lazer que incrementem paralelamente a procura turística da cidade, como por exemplo o Sea Life Center;
 - Manter e intensificar, no âmbito da “Porto Lazer”, a rede de parcerias de suporte à actividade de entidades locais;

_ Desenvolvimento Urbano

O modelo de desenvolvimento de uma cidade não pode estar dissociado daquelas que são as suas infra-estruturas e funcionalidades básicas, vitais para o seu funcionamento e para a sua existência enquanto território. Pela sua criticidade e interdependência, estas realidades devem ter uma estratégia de desenvolvimento devidamente articulada e integrada, de forma a que sejam tentadas abordagens de evolução, implementação e manutenção comuns, minimizando assim o impacto na vida dos cidadãos e no tráfego da cidade, reduzindo custos de intervenção, minimizando infra-estruturas e intervenções redundantes,

e minimizando também o risco de interferência em infra-estruturas implementadas.

Para darmos continuidade a esta estratégia é essencial consolidarmos uma visão comum para todas as partes interessadas nas diferentes infra-estruturas e funcionalidades, nomeadamente, água e saneamento, energia, telecomunicações, mobilidade, e serviços urbanos.

No que respeita à mobilidade importa segmentar as abordagens em 3 dimensões: mobilidade externa, mobilidade interna e via pública.

Para a concretização desta visão consideramos essencial um conjunto de medidas mais genéricas e outras mais sectoriais, que gradualmente permitam uma lógica integrada de evolução, implementação e manutenção destas infra-estruturas e, paralelamente, metodologias operacionais mais eficientes, das quais destacamos:

- Continuar o esforço de articulação entre os diferentes operadores que ocupam o subsolo da cidade para definição de uma estratégia efectiva de levantamento, manutenção e actualização do cadastro das infra-estruturas. Esta estratégia tem de ser contínua e gradual, sem interrupções, sob pena de se perder parte do trabalho realizado;
- Definir uma plataforma de colaboração entre os diferentes operadores de infra-estruturas para articulação de intervenções e partilha de recursos, criando assim sinergias que minimizem o impacto no espaço público, bem como as intervenções e as condutas redundantes, evitando-se assim o desperdício;
- Criar a obrigatoriedade de em todas as obras de infra-estruturas que ocupem o subsolo, exigirem a entrega do cadastro da mesma.

Águas & Saneamento

Com a criação da empresa “Águas do Porto” a situação do sector na cidade evoluiu muito: O Porto é hoje um caso de estudo mundial, porque mudou muito rapidamente. Esta rapidez de mudança foi alavancada por ganhos de

eficiência de água e energia. Estes ganhos de eficiência estão hoje a permitir, com os fundos libertados, reabilitar a rede de águas pluviais, e renaturalizar as ribeiras e a sua envolvente; mas é determinante continuar este esforço e manter medidas específicas, tais como:

- Implementar contadores com a possibilidade de leitura remota, evitando assim as normais estimativas de consumo, e contribuindo para o maior conforto e segurança dos clientes, com ganhos evidentes também ao nível dos custos operacionais da empresa;
- Continuar o esforço de redução das perdas de água que permitiram ganhos de eficiência significativos, nomeadamente possibilitando que a factura da água no Porto baixasse em termos reais, ao contrário da generalidade do sector;
- Completar, o mais tardar até 2011, todas as ligações de saneamento pendentes, cobrindo assim a cidade na sua totalidade;
- Materializar o aproveitamento, para uma segunda vida, dos reservatórios não usados, que se encontram em locais privilegiados da cidade;

Telecomunicações

Com a criação de um Operador Neutro de Telecomunicações no âmbito da Associação “Porto Digital”, com base numa Parceria Público-Privada, o Porto passará a dispor de uma infra-estrutura de comunicações de fibra óptica ao nível do que melhor existe à escala global. A rede em causa terá um modelo de exploração aberto, isto é, estará ao dispor de todos os operadores de conteúdos e telecomunicações que a pretendam utilizar. Este conceito vem não só promover a concorrência no sector no âmbito da Cidade do Porto, bem como potenciar o aparecimento de conteúdos e serviços de nova geração, sendo os objectivos de médio prazo em termos infra-estruturais:

- Cobrir 99% da cidade com fibra óptica até 2013, eliminando as assimetrias no âmbito das infra-estruturas de comunicação de alto débito na Cidade;

- Alargar gradualmente a cobertura da rede Wi-Fi na Cidade;
- Sensibilizar os operadores de telecomunicações e conteúdos para a utilização da infra-estrutura partilhada;

Mobilidade Externa

No que à mobilidade externa mais importa devemos destacar as principais medidas e preocupações com as principais portas de entrada na Cidade. Nesse sentido:

- O Porto não ficará indiferente ao que se passa na sua envolvente, pelo que não poderá deixar de olhar para os grandes terminais da região, como o Aeroporto do Porto e o novo Terminal de Cruzeiros, bem como à criação de novas infra-estruturas como o TGV, caso se venha a concretizar;
- Serão feitos esforços para criar as condições para alterar a localização do terminal de camionagem que suporta as ligações para a Europa, que hoje se situa na Praça da Galiza, garantindo, todavia, que permaneça na Cidade;

Mobilidade Interna

A este nível muito trabalho foi feito, nomeadamente no que respeita à evolução da rede de Metro na Cidade, onde obviamente ainda muito há a fazer e acima de tudo a decidir. No entanto a evolução da Cidade não pára e diariamente é necessário encontrar respostas para os diferentes desafios que se colocam nas diferentes dimensões de mobilidade na Cidade, para os quais destacamos as seguintes medidas:

- Estudar uma solução de requalificação para a Avenida da Boavista, logo que esteja fechada a decisão do Metro, baseada em soluções de mobilidade funcionais e eficientes;
- Criar uma equipa que estude soluções para melhoria do trânsito na zona da Asprela;
- Procurar soluções em parceria com os operadores de transportes, nomeadamente Metro e STCP, para encontrar soluções de mobilidade para o Pólo da Asprela, que minimizem o tráfego automóvel;

- Observar atentamente as políticas de desenvolvimento e gestão da rede viária envolvente ao Porto, nomeadamente aquelas que interfiram com os fluxos de trânsito da Cidade, em particular com a VCI, que não é tutelada pela CMP;

- Concretizar o projecto de requalificação da Circunvalação, em parceria com os municípios envolventes e as Estradas de Portugal;

- Densificar a rede de Metro na Cidade e na AMP, considerando que o Metro é um elemento essencial de coesão territorial, pelo que nos empenharemos na sua expansão e densificação;

Via Pública e Espaço Urbano

Uma Cidade atractiva para viver exige um espaço urbano atractivo, acolhedor, funcional, o que obriga a uma preocupação contínua com o espaço público da cidade, quer em termos de manutenção física das vias e passeios ou da sinalética, quer no que respeita à limpeza do espaço público. Dessa forma, e dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, destacamos algumas medidas específicas que visam consolidar esse esforço:

- Criar, em projecto-piloto, uma Comissão de Estética e de Arrumação da Via Pública, com especial preocupação no combate à poluição visual e à arrumação do mobiliário urbano.
- Reforçar e qualificar a intervenção na Via Pública;
- Harmonizar gradualmente os pavimentos da cidade, usando soluções que tenham baixo custo de manutenção e que garantam a dignidade e beleza do espaço urbano;
- Continuar o esforço de eliminar carris não utilizados ou que não tenham perspectivas de o ser;
- Apostar na massificação e eficácia da sinalética urbana, contemplando os diferentes públicos-alvo, nomeadamente os invisuais;
- Continuar o esforço de eliminação de barreiras;

ras arquitectónicas para aqueles que circulam na via pública, tornando assim a Cidade mais inclusiva e boa para viver;

- Reforçar o conceito de obras amigas do morador e do trânsito, estabelecendo regras segmentadas por importância da via. Realizar as obras na Via Pública com planeamento, transparência, celeridade e sem tempos mortos;
- Criar um caderno de boas práticas dirigido aos empreiteiros, para definição de linhas orientadoras para obras na via pública;
- Reabilitar o Jardim do Passeio Alegre e de toda a sua envolvente;
- Criar um plano de ajardinamento e arborização baseado em espécies com manutenção reduzida;
- Continuar o esforço de criação e requalificação de jardins infantis e jardins de proximidade, sempre que possível compatibilizando as soluções;
- Continuar o esforço no reforço da eficiência dos serviços de limpeza urbana, podendo a concessão a privados ser alargada, em casos em que zonas sob responsabilidade dos serviços municipais não melhorem significativamente, nomeadamente no caso da Baixa;
- Implementar uma política de combate aos sacos de lixo domésticos na via pública, baseada na colocação progressiva de contentores, preferencialmente de subsolo;
- Criar um programa piloto baseado numa rede de voluntariado que crie a figura de gestor de área, a actuar como interlocutor privilegiado com a Autarquia na gestão do espaço público;
- Alargar a rede do conceito de WC's auto-suficientes a novas zonas da Cidade;

_ Capital Humano, Ciência & Conhecimento

Nos próximos anos colocar-se-ão ao nosso país um conjunto de desafios decorrentes do inevitá-

vel crescimento da importância da internacionalização da economia, da Sociedade da Informação e do Conhecimento, do alargamento do espaço económico da União Europeia com a integração plena dos países do Leste Europeu e a aceleração da globalização a todos os níveis das relações entre os povos.

Esta nova realidade coloca um novo paradigma para as cidades em geral e às cidades europeias em particular que têm de encontrar formas de se afirmarem na economia europeia e global.

O Porto tem uma posição privilegiada nesse campo, uma vez que detém um dos maiores activos da sociedade actual, o Capital Humano. Com mais de 100.000 alunos nos diferentes níveis de ensino, com a maior Universidade do País, com o maior Politécnico do País, com centros de Investigação, Inovação e Desenvolvimento (I+D) de excelência, com um tecido empresarial, na sua envolvente, de grande dimensão e peso na economia nacional, o Porto reúne os ingredientes para gradualmente reforçar a sua afirmação como uma metrópole dinâmica, moderna e global.

Para construir este caminho a Câmara deve contribuir para a aproximação entre os actores da ciência e do conhecimento e os actores económicos da Cidade e da região, no sentido de potenciar as sinergias decorrentes da capacidade empreendedora e criadora das suas gentes, das suas escolas e entidades de ensino superior, e acima de tudo das suas empresas, colocando-as ao serviço da economia local e regional, nomeadamente dos sectores da saúde, da educação, das indústrias criativas, do mar, da energia, do ambiente, da tecnologia, dos serviços, do turismo, entre outros.

No entanto este paradigma não se vence por acção de uma autarquia, para garantirmos uma maior capacidade científica e tecnológica dos recursos humanos do país ou das empresas, é necessário que o Estado Central cumpra o seu papel, quer no apoio ao ensino e à investigação, quer no apoio às empresas, e que os agentes económicos e de ensino se mobilizem para gerar uma cultura que privilegie o conhecimento, a competência e a orientação para a geração de

valor, trabalhando de uma forma próxima e concertada.

No sentido de facilitar e alavancar este ciclo virtuoso de geração conjunta de valor, potenciando os activos da Cidade e da região e fazendo com que o todo seja maior que a soma das partes, salientamos algumas das medidas a que nos propomos:

- Facilitar a promoção de eventos na área da ciência e do conhecimento, de grande notoriedade internacional, em parceria com as instituições de ensino superior e instituições de I&D da cidade, com base num conjunto de critérios e pressupostos claros e transparentes;
- Reforçar a imagem do Porto como destino de Ciência e da Ciência;
- Reforçar a aposta no Programa "Porto Cidade de Ciência", quer nos meios atribuídos, quer no âmbito dos parceiros envolvidos;
- Avaliar com os parceiros relevantes do interesse na promoção de concursos e prémios para cientistas do Porto, dando assim visibilidade e reconhecimento ao Capital Humano da Cidade;
- Homenagear os alunos das escolas do Porto que obtenham classificações de relevo em Olimpíadas em diferentes áreas de conhecimento e saber;
- Intensificar as relações com a Academia e com o sector de I&D, nomeadamente com a Universidade do Porto e outras instituições congéneres;
- Dignificar e apoiar as comemorações do centenário da Universidade do Porto, que decorrerá ao longo do próximo mandato. Estaremos envolvidos e empenhados num momento de grande relevância para uma das marcas e instituições mais relevantes do Porto, e para a própria Cidade e Região;
- Apoio à criação da Casa das Línguas, para promoção do ensino das línguas e maior proximidade com outras culturas Europeias, ou de mercados potenciais ou emergentes;
- Valorizar o papel dos mecenas no apoio ao desenvolvimento de conhecimento e de capital humano;
- Facilitar a abertura dos serviços e infra-estruturas da cidade, nomeadamente a rede de fibra óptica, à ciência e a outros actores do conhecimento, como alavancas de inovação e conhecimento;
- Promover iniciativas que despertem o interesse dos mais novos pela ciência;
- Trabalhar com parceiros de referência no sentido de estimular a fixação no Porto de empresas saídas de incubadoras, intensivas em conhecimento;
- Apoiar os parceiros relevantes em actividades de promoção e concentração de residências para cientistas na Cidade, alargando assim a oferta existente;

_ Ambiente & Sustentabilidade

A sustentabilidade tem sido um tópico constante na agenda de desenvolvimento da cidade do Porto. Em Fevereiro de 2009, a CMP subscreeveu o Pacto de Autarcas, desafio proposto à Cidade pela Comissão Europeia, em que o Porto se compromete em alinhar os seus objectivos, com os objectivos de convergência da União Europeia, no que respeita à redução das emissões de CO². O cumprimento deste objectivo passa pelo desenvolvimento de projectos concretos e mensuráveis, que permitam a redução de emissões de CO² em mais de 20% até 2020.

A criação da Agência de Energia do Porto (AdE) foi determinante para a definição e concretização da visão que permitirá alcançar este desígnio. Entendemos que ao desenvolver a Estratégia para a Sustentabilidade da Cidade do Porto se definiu um rumo, que identifica a estratégia energética como um dos vectores mais relevantes, senão o mais estruturante no impacto do aquecimento global e das al-

terações climáticas, decorrentes do modo e intensidade do uso da energia.

Mas este caminho não pode ser feito de forma isolada. Daí a razão pela qual a CMP lançou o desafio a todos os grandes produtores e consumidores de energia para integrarem a AdE, para juntos fazerem este caminho. Mas é essencial alargar o âmbito dos envolvidos aos cidadãos, e a todos os actores institucionais e empresariais da cidade.

Não podemos, no entanto, esquecer que o Porto se situa no coração da Área Metropolitana do Porto, da qual não pode ser materialmente destacada. As políticas de ambiente e sustentabilidade, nomeadamente aquelas que estão relacionadas com a qualidade do ar e da água, exigem políticas metropolitanas para que sejam efectivas e eficientes. Pelo que nos propomos desenvolver todos os esforços para gradualmente, e em estreita colaboração com os municípios que compõe a AMP, alargar o conceito da AdE a toda a Área Metropolitana do Porto.

Importa ainda destacar o esforço desenvolvido na melhoria da qualidade das praias da Cidade, não só da qualidade das águas, mas da requalificação de toda a envolvente, esforço que foi já reconhecido com a atribuição em 2008 de uma Bandeira Azul à Praia do Homem do Leme, e em 2009, além desta praia, recebeu também este reconhecimento a zona relativa às Praias da Luz, dos Ingleses e Ourigo, o que revela não só a consolidação do trabalho desenvolvido, mas uma evolução significativa face ao ano anterior. Pretendemos manter este rumo ao longo do próximo mandato, atingindo a cobertura de todas as praias com Bandeira Azul até ao ano 2013. Esta evolução é ainda mais meritória se tivermos em conta que ainda em 2005 - antes do resultado eleitoral desse ano nos ter permitido assumir também a responsabilidade de gestão do pelouro do ambiente - estas praias estavam impraticáveis para banhistas.

Uma outra batalha travada no presente mandato e com impacto significativo na qualidade de vida das futuras gerações foi o processo de negociação para que o Parque da Cidade fique

a salvo de construções no seu interior. Com o acordo conseguido pela Autarquia, além do cumprimento de uma promessa eleitoral assumida perante os Portuenses, conseguimos assegurar também que o parque é um verdadeiro Parque da Cidade e livre de construções, contribuindo desta forma para uma cidade mais equilibrada, com menos aberrações urbanísticas e mais sustentável para as futuras gerações.

É com base neste conjunto de princípios e compromissos que delineamos uma estratégia, da qual destacamos as seguintes acções globais e operacionais:

- Centrar o modelo de desenvolvimento urbano da cidade nas virtudes da cidade compacta que privilegia:
 - A mobilidade pedestre;
 - A optimização de infra-estruturas e o acesso aos serviços;
 - Uma melhor qualidade de vida para os cidadãos;
- Salvaguardar a riqueza do património arquitectónico e urbanístico do Porto, contemplando soluções de requalificação adaptadas aos novos usos e vivências, coerentes com os novos valores de sustentabilidade urbana;
- Potenciar as vantagens do clima em termos de amenidade, que possibilitam condições de conforto fantástico, melhorando assim o desempenho energético do edificado e evitando o consumo desproporcionado de combustíveis fósseis;
- Melhorar o grau de arborização da cidade;
- Assegurar a lavagem de ruas e a rega de jardins públicos com recurso a águas subterráneas;
- Dar continuidade ao esforço de despoluição e renaturalização das ribeiras, com respectiva requalificação da envolvente, com zonas pedonais e pistas cicláveis. Importa destacar

que todas as ribeiras que desaguam no mar foram já tratadas;

- Valorizar as praias como património da cidade dando continuidade ao esforço de melhoria destas zonas, reconhecido pela atribuição de duas bandeiras azuis. Este trabalho exige não só uma actuação ao nível do saneamento e águas pluviais, mas também ao nível da envolvente das próprias praias. Trabalho que já hoje possibilita que a população do Porto tenha ao seu dispor praias de qualidade, para usufruir em férias ou ao fim de semana;

- Apostar no Metro como centro do modelo de mobilidade da cidade. O efeito do uso dos transportes públicos na redução das emissões de CO² no Porto foi muito significativo, pelo que esta aposta deve ser mantida. A configuração da rede deverá ser devidamente considerada no desenho de pistas cicláveis na cidade e no desenho de soluções amigas do peão. Quando as estratégias para a mobilidade eléctrica estão na agenda, o Porto pode orgulhar-se de ter um instrumento determinante para essa estratégia, o Metro;

- Promover a redução das emissões de CO², associadas à queima de combustíveis fósseis na Cidade ou no âmbito de actividades da CMP até ao limite simbólico de 3,5 ton CO²/capita.ano, em resposta ao aquecimento global e à expressão de responsabilidade da Cidade do Porto perante esta temática, destacando-se, além das iniciativas já expostas, as seguintes:

- Sensibilização para a substituição gradual da electricidade por gás natural para aquecimento dos edifícios. O Porto foi pioneiro na generalização da energia eléctrica, está a sê-lo na fibra óptica, porque não sê-lo no gás? É essencial sensibilizar o Governo Central e operadores energéticos para a generalização de um programa de incentivos ao uso do gás e equipamentos solares;

- Instalação de 5 Km² de colectores solares para a produção de água quente sanitária em bairros sociais da cidade. Esta área poderá crescer em função das linhas de financiamento disponíveis;

- Estabelecer um selo de garantia que assegure a qualidade efectiva dos projectos em termos de eficiência energética;

- Promoção dos valores sociais da educação, da cidadania, da inclusão, da promoção humana dos mais frágeis e da valorização da auto-estima pela participação;

- Orientar a gestão urbanística da Cidade, nas vertentes de desenho urbano, da mobilidade, dos equipamentos, da renovação urbana, da nova construção, das áreas verdes, dos espaços públicos pelos critérios de sustentabilidade;

- Promover a valorização construtiva, ambiental e social do parque de habitação social, que respeita a 18% da população residente, potenciando os efeitos da informação e da participação dos residentes em torno de iniciativas urbanas que favoreçam a sua auto-estima e qualidade de vida;

- Impulsionar o Porto como cidade de Inovação & Ciência, através do incentivo de plataformas de cooperação entre os agentes económicos, empresariais, académicos e instituições de I&D.

– Marketing & Notoriedade

No âmbito do funcionamento de uma cidade são diversas as partes interessadas envolvidas: cidadãos, investidores, entidades ligadas ao ensino e investigação, turistas... e no âmbito de cada uma destas são vários os segmentos e áreas de actuação. É por isso essencial definir políticas de relacionamento com cada um dos diferentes actores, com base numa estratégia transversal e integrada.

É preciso conhecer as necessidades e expectativas de cada um deles, bem como o seu histórico de relacionamento com a autarquia e com a cidade, no sentido de gradualmente responder de forma efectiva aos seus anseios, tornando assim a cidade mais acolhedora, logo, melhor para viver, melhor para investir, melhor para visitar, melhor para gerar valor.

Estando em curso um trabalho de arrumação e estruturação do espaço público que se quer consolidado, estão hoje reunidas as condições para investirmos uma parte significativa das nossas energias na prospecção, captação e acolhimento de novos investidores e na captação de turistas. Não esquecendo paralelamente o trabalho que tem vindo a ser feito na melhoria do relacionamento do cidadão e outras entidades com a autarquia, tornando-a gradualmente mais fácil, mais conveniente e mais transparente para o cliente final.

É por isso essencial ter uma abordagem equilibrada entre as partes interessadas no âmbito interno da cidade e as partes interessadas no âmbito externo, que nos propomos efectivar, com base num conjunto de medidas das quais destacamos:

- Criação de uma unidade para a prospecção, captação e acolhimento de investimento e investidores. Esta unidade funcionará em estreita colaboração com o Executivo Municipal. E terá como responsabilidades:
 - Definir uma estratégia integrada de Marketing Urbano;
 - Criar e dinamizar o Fórum para a Competitividade Urbana, que reunirá 3 dos sectores estruturantes para o desenvolvimento das cidades: empresas, meio académico e autarquia;
 - Desenvolver e implementar uma oferta de promoção da Cidade, dirigida a investidores e outros promotores externos;
 - Desenhar um pacote de acolhimento dirigido àqueles que proactivamente procuram o Porto para investir, de forma a facilitar o processo de implementação na Cidade;
 - Desenvolver e implementar uma oferta promocional da Cidade dirigida a organizadores de congressos e grandes eventos, potenciando assim a capacidade do Palácio de Cristal;
 - Desenvolver uma política de gemações

com cidades que envolvam vantagens significativas, económicas e de outras naturezas;

- Articular a estratégia de promoção do investimento com a estratégia de promoção turística, criando assim sinergias entre os sectores;
- Potenciar a notoriedade nacional e internacional de diversas personalidades e entidades da Cidade e da Região, na promoção externa do Porto;
- Dar continuidade aos esforços desenvolvidos, nomeadamente junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Norte, para a fixação de um Welcome Center na Baixa da Cidade, que reúna toda a oferta de interesse turístico da Região, e que funcione como um interface do Porto para toda a área envolvente;
- Apostar na visibilidade e na gestão da relação com mercados emergentes, como os do Extremo Oriente, através da abertura de postos promocionais da Cidade, focados no turismo e na captação de investimento;
- Explorar o desenvolvimento de parcerias com redes sociais, nomeadamente aquelas que ligam talentos Portugueses, para a promoção do Porto como aliado, potenciando a atracção de investimentos para a cidade, ou a captação de jovens que queiram regressar a Portugal;
- Consolidar a plataforma de Citizen Relationship Management que suporta a actividade do Gabinete do Município, no sentido de melhorar o conhecimento que a Autarquia tem do Município e das Entidades que consigo interagem, melhorando assim a qualidade de serviço ao cliente final;

_ Juventude

Não podíamos deixar de ter uma palavra muito especial para a Juventude. Os jovens são indutores de mudança na sociedade e nos territórios. Por essa razão ao longo deste programa as medidas dirigidas aos jovens são constan-



tes, seja na coesão social, na educação, no desporto, no emprego, no empreendedorismo, na inovação, na cultura, no lazer, no turismo... Isto deve-se ao facto de a juventude ser um sector transversal ao funcionamento da Autarquia e da Cidade. Por essa razão ao longo deste mandato desenvolvemos um trabalho conjunto com as partes interessadas no sector da juventude para a elaboração de um plano de intervenção específico, um compromisso da Cidade com os jovens, que é o primeiro Plano Municipal de Juventude a surgir em Portugal, o Viver@PRT 1.0 – 2009/2013.

Nesse documento pode encontrar-se um conjunto de medidas que a Cidade apresenta aos jovens para o próximo quadriénio, algumas delas presentes neste programa. Desenvolvidas com base num princípio: Não interessa onde dormes. O importante é onde estás quando pensas, quando ages, quando empreendes, quando fazes, quando te divertes, é aqui que queremos que te sintas feliz...

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO E FUNCIONAMENTO INTERNO DA AUTARQUIA

Ao longo dos últimos dois mandatos foi grande o esforço em melhorar o funcionamento geral da Autarquia, tornando-a uma organização mais eficiente, menos complexa e mais capaz de se adaptar às necessidades dos cidadãos e colaboradores e aos desafios da sociedade actual, num esforço contínuo de combater a inércia organizacional.

Este trabalho foi árduo e consumiu muito tempo, quer ao Executivo Municipal quer aos Colaboradores do Município. A mudança não foi fácil, envolveu alteração das rotinas e procedimentos pessoais e um choque cultural significativo. Tarefas que também permitiram dar absoluta transparência aos actos públicos, pondo termo à subversão de procedimentos potenciadores de qualquer tipo de corrupção.

Mas é hoje assumido que a Câmara Municipal do Porto é uma organização diferente, mais moderna, mais próxima, mais conveniente e mais transparente para o cidadão e para aqueles que se relacionam com a autarquia, sejam fornecedores ou clientes públicos ou privados.

Procedemos à revisão de toda a estrutura organizacional, com a implementação da nova macroestrutura, o equilíbrio financeiro da autarquia, que permitiu, por exemplo, reduzir o prazo de pagamento a fornecedores para pouco mais de 30 dias, a reorganização do sector de recursos humanos, com a introdução do sistema de avaliação e monitorização de desempenho, com atribuição de prémios remuneratórios para aqueles que atingem marcas de excelência, a introdução do controlo biométrico de assiduidade.

Todas estas mudanças contribuíram decisivamente para uma organização mais produtiva,

mais eficiente e mais voltada para um melhor serviço aos cidadãos e outras partes interessadas. A criação do Código Regulamentar que veio facilitar significativamente a vida àqueles que têm de se relacionar com o Município. A criação do Gabinete do Município, que alavancou este processo global de mudança, e alterou de forma radical o processo de relacionamento com os municípios e com a cidade, complementado posteriormente com novos canais de atendimento: telefónico e internet. A revolução nos sistemas de informação, que permitiu acelerar e sustentar esta dinâmica, nomeadamente ao nível da eficácia, eficiência, fiabilidade e transparência dos processos.

Mas obviamente que este é um trabalho que nunca acaba. Temos de ser persistentes e criar formas de adaptação constante às necessidades e expectativas da sociedade actual. É nesse sentido que nos propomos consolidar e dar continuidade a este esforço, através dum conjunto de acções que a seguir destacamos:

- Manter o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal do Porto;
- Pagar pontualmente todas as dívidas da autarquia;
- Continuar os esforços de coordenação e articulação, no âmbito da AMP, em torno dos grandes projectos;
- Manter uma contínua atenção à luta contra a corrupção;
- Promover a reestruturação de todos os serviços de fiscalização da Autarquia;
- Continuar e reforçar os programas de for-

- mação dirigidos aos colaboradores da CMP, nomeadamente àqueles que assumem novas funções ou competências;
- Intensificar as medidas que melhorem a produtividade dos colaboradores da CMP;
 - Intensificar e massificar a relação da CMP com o cidadão, quer ao nível dos serviços, quer ao nível da auscultação da população;
 - Prosseguir o esforço de reengenharia e desmaterialização de processos, com especial enfoque na transversalidade, fiabilidade, eficiência e transparência dos mesmos, conseguindo assim ganhos de produtividade significativos, e redução drástica do consumo de papel na operação do Município;
 - Intensificar a redução de complexidade e incrementar e reforçar interações produtivas, focando a organização e os colaboradores em processos e actividades que acrescentem valor à Autarquia;
 - Continuar o esforço de inovação que tem orientado a acção do Gabinete do Município;
 - Dar coerência, flexibilidade e maior efectividade ao modelo de governação da CMP alinhando-o com a estratégia definida;
 - Integrar e desenvolver o Sistema de Qualidade da CMP como elemento de motivação, aprendizagem, coerência e racionalização interna e como elemento central na uniformização dos padrões de reposta e respectivos níveis de serviço;
 - Prosseguir o esforço de racionalização dos espaços alocados aos serviços municipais e participadas da CMP;
 - Promover a criação de unidades de serviços partilhados, que suportem a Autarquia e Participadas, em áreas transversais, como finanças, recursos humanos, comunicação e marketing, jurídico, sistemas de informação, conseguindo assim economias de escala e ganhos de produtividade significativos;
 - Analisar conjuntamente com as Juntas de Freguesia a possibilidade de desconcentrar serviços prestados pelo Município, através da implementação de projectos-piloto;
 - Intensificar e desenvolver plataformas que maximizem a partilha de conhecimento e a colaboração entre entidades, serviços e colaboradores, gerando assim mais valor para a Autarquia;
 - Promover a criatividade, inovação e empreendedorismo junto dos colaboradores da autarquia, de forma a tornar a organização mais eficiente, minimizando a burocracia e aumentando a transparência, adequando o funcionamento às reais necessidades e expectativas dos clientes internos e externos da CMP;
 - Aproveitar o potencial decorrente dos investimentos feitos em plataformas de inovação, nomeadamente ao nível da organização interna e dos sistemas de informação do Município.

Porto, Setembro de 2009

Rui Rio

VEREAÇÃO



PRESIDENTE

Rui Rio

52 anos

Economista

Presidente da Câmara Municipal do Porto

Presidente da Junta Metropolitana do Porto



Álvaro Castello-Branco

Jurista, 48 anos



Matilde Alves

Professora, 55 anos



Vladimiro Feliz

Engenheiro, 35 anos



Manuel Sampaio Pimentel

Jurista, 39 anos



Guilhermina Rego

Professora Universitária, 38 anos



Gonçalo Gonçalves

Economista, 34 anos



Miguel Seabra

Engenheiro, 44 anos



Amélia Cupertino de Miranda

Gestora, 62 anos



Hugo Carneiro

Economista, 27 anos



Filipe Araújo

Engenheiro, 33 anos



Helena Serra

Docente do Ensino Superior, 67 anos



Manuel Gonçalves

Gestor, 45 anos

LISTA SUPLENTE

António Lemos

49 anos
Gestor

Isabel Pinho

26 anos
Advogada

Pedro Cerqueira

33 anos
Gestor

Pedro Aroso

56 anos
Arquitecto

Ana Pinto

33 anos
Advogada

Jaime Madureira

58 anos
Empresário

Patrícia Carvalho

32 anos
Farmacêutica

Paula Borges

54 anos
Professora

João Grancho

51 anos
Professor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Prof. Luís Valente de Oliveira

Luís Valente de Oliveira é engenheiro civil, doutor em Engenharia Civil e professor catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Foi Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte. Foi Ministro da Educação (1978 - 1979), do Planeamento e Administração do Território (1985 - 1995) e das Obras Públicas, Transportes e Habitação (2002 - 2003). É Administrador da Associação Empresarial de Portugal e Coordenador Europeu das Auto-Estradas do Mar.

EQUIPA

Luís Valente de Oliveira
72 anos
Engenheiro

André Noronha
40 anos
Advogado

Andreia Júnior
34 anos
Advogada

Amândio de Azevedo
81 anos
Docente Universitário
aposentado

Miguel Barbosa
32 anos
Engenheiro

Adelaide Mariz
57 anos
Professora

Pedro Sampaio
44 anos
Quadro Superior da
Administração Pública

António Maria
46 anos
Engenheiro

Natacha Teixeira
30 anos
Psicóloga

**Miguel Espregueira
Mendes**
46 anos
Administrador

Paulo Rios de Oliveira
44 anos
Advogado

Daniela Coutinho
32 anos
Advogada

Pedro Moutinho
28 anos
Gestor

Miguel Ferreira
36 anos
Assistente
Administrativo

Vera Rodrigues
28 anos
Consultora

Fernando Bravo
34 anos
Gestor

João Meireles
27 anos
Advogado

Catarina Ferreira
29 anos
Advogada

José Augusto Teixeira
38 anos
Empresário

Maria Moutinho
22 anos
Gestora

Francisco Rocha Gonçalves
36 anos
Professor Universitário

Afonso Cabral
35 anos
Gestor

Teresa Pires de Lima
57 anos
Professora

Rui Pedro Oliveira
36 anos
Engenheiro

Francisco Aguiar
48 anos
Empresário

Sandra Gomes
28 anos
Técnica de Marketing

José Guimarães
21 anos
Estudante

Maria Dulce dos Santos
61 anos
Assistente Social

Mariana Macedo
24 anos
Jurista

Nélson Faria
37 anos
Técnico de Vendas

Ana Gomes
47 anos
Educadora de Infância

Susana Alfredo
35 anos
Administrativa

Rui Gonçalves
42 anos
Gestor

Luís Lencastre
57 anos
Empresário

Paula Peixoto
42 anos
Docente Universitária

Bruno Sousa
28 anos
Médico

Pompeu Moutinho
56 anos
Médico

Verónica Pinto
35 anos
Advogada

Manuel Monteiro
57 anos
Administrativo

PRESIDENTES DE JUNTA

Aldoar

Eduardo Carvalho

Bonfim

Armindo Teixeira

Campanhã

Fernando Charrua

Cedofeita

Sérgio Alves Martins

Foz

Pinto Ferreira

Lordelo

Gabriela Queiróz

Massarelos

José Carlos Gonçalves

Miragaia

Mário Santos Pinto

Nevogilde

João Luís Rozeira

Paranhos

Alberto Machado

Ramalde

Manuel Maio

Santo Ildefonso

Wilson Faria

São Nicolau

António Fonseca

Sé

Daive Moreira

Vitória

Sónia Caldeira

WWW.OPORTOEMPRIMEIRO.COM